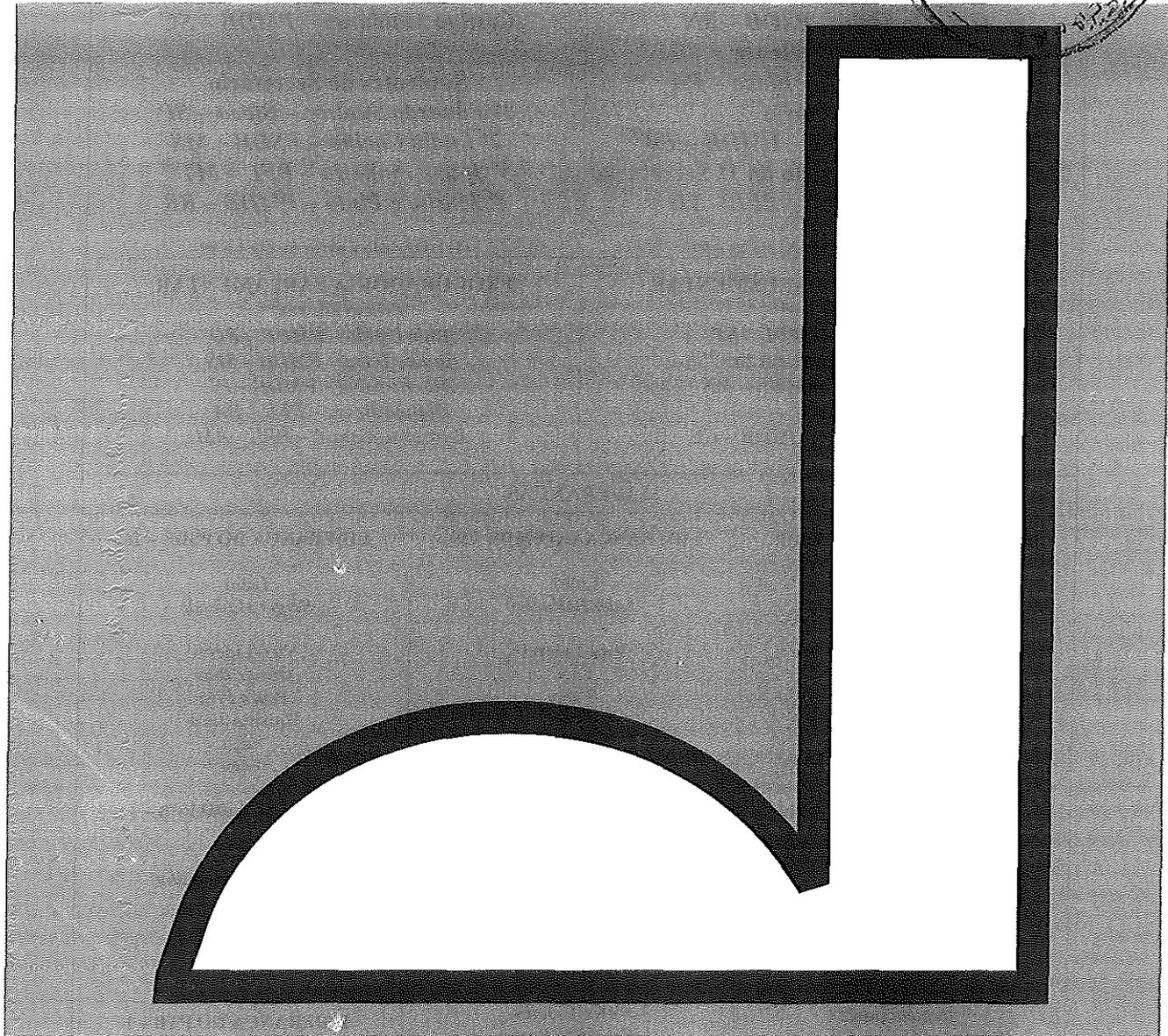
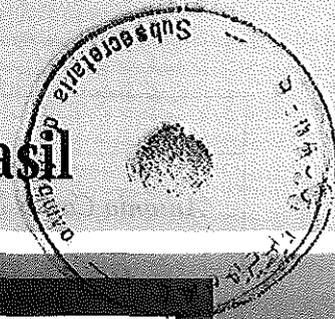


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 115

TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1999

BRASÍLIA-DF

(*) Republicado por incorreção no anterior

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB⁽¹⁾</i> 2º Secretário, no exercício da 1ª Secretaria <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p> <p style="text-align: center;"><small>(1) Licenciado a partir do dia 29-4-99</small></p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT⁽²⁾</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p> <p style="text-align: center;"><small>(2) Licenciado a partir do dia 4-5-99</small></p>	
<p style="text-align: center;">CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i></p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PFL - 21</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romen Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB - 26</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Marina Silva</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSDB - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPB - 3</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PTB - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Arlindo Porto</i></p>

(1) Reeletos em 2-4-97

(2) Designação: 30-6-99

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;"><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 94ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE AGOSTO DE 1999	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Parecer	
Nº 488, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1998 (nº 4.708/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929, de 27 de outubro de 1956, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências.	19817
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1998, cujo parecer foi lido anteriormente.	19818
Término de prazo, sexta-feira última, com a apresentação da Emenda nº 2-Plen, ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional para exame da emenda.	19818
Término de prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.	19819
Recebimento das Mensagens nºs 152 e 153, de 1999, (nºs 631 e 632/99, na origem), do Presidente da República, encaminhando projetos que consolida a legislação que dispõe sobre os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação, e o que consolida a legislação que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior. Os projetos vão à Câmara dos Deputados e ao final do exame na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, serão novamente analisados pela Mesa do Congresso Nacional, conforme decisão datada de 9-8-99.	19819
1.2.3 – Offícios	
Nº 872/99, de 29 de junho último, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação do Deputado Eunício Oliveira, como titular, e dos Deputados Darcísio Perondi, João Henrique, Jorge Alberto, Milton Monti, Múcio de Sá, Norberto Teixeira, Olavo Calheiros, Pedro Novais, Philemon Rodrigues e Ricardo Noronha, como suplentes, na referida comissão.	19820
Nº 1.176/99, de 1º de julho último, do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Deputados Rodrigo Maia, Deusdeth Pantoja, Jaime Martins, Rubens Furlan, Ciro Nogueira e Francisco Garcia como suplentes na referida comissão.	19820
Nº 457/99, de 5 do corrente, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.916, de 1999.	19820
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR MAGUITO VILELA – Registro da chegada em Brasília, dia 16, de "camionaço" de produtores rurais patrocinado pela Confederação Nacional da Agricultura e pela Organização das Cooperativas Brasileiras em reivindicação por uma política governamental para o setor agrícola.	19820
SENADOR JEFFERSON PÉRES – Justificativas à apresentação de requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos, amanhã, de convocação do Ministro de Minas e Energia e dos Presidentes da Agência Nacional do Petróleo e da Petrobras para informações sobre os atuais preços dos combustíveis.	19824
SENADOR TIÃO VIANA – Homenagem à memória do sanitarista Dr. Carlos Chagas.	19825

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Defesa da manutenção, pelo governo federal, da assistência médico-odontológica e do auxílio-creche dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais. Apelo à liberação de recursos para construção e pavimentação da BR-156 que liga o rio Amazonas ao rio Oiapoque.	19829	1.2.5 – Leitura de projeto Projeto de Lei do Senado nº 466, de 1999, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera a Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	19846
SENADOR OSMAR DIAS – Considerações à apresentação de requerimento solicitando informações ao Tribunal de Contas da União sobre o cumprimento da Lei nº 9.755/98, que obriga os Estados e Municípios a divulgar suas contas na Internet, e a requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, referente aos títulos administrados atualmente pelo Banco do Brasil.	19831	1.2.6 – Leitura de requerimento Nº 415, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 1999, de sua autoria, que dispõe sobre a importação, comercialização e uso de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	19847
SENADORA EMILIA FERNANDES – Críticas à reestruturação nos setores de fiscalização do Banco Central. Alerta para diminuição na arrecadação de impostos pelo Governo Federal, decorrente da inclusão dos técnicos da Receita Federal no Programa de Demissão Voluntária – PDV.	19831	1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Saneamento – DESAN, da Secretaria de Política Urbana – SEPURB.	19847
SENADOR BERNARDO CABRAL – Associando-se às homenagens prestados pelo Senador Tião Viana ao cientista Carlos Chagas.	19835	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Apelo para a liberação de recursos destinados à conclusão das obras do campus da Universidade do Tocantins – UNITINS.	19850
SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Apoio ao pronunciamento da Senadora Emilia Fernandes. Necessidade do engajamento do Governo Federal na Comissão Mista do Congresso Nacional para erradicação da pobreza. Transcrição de matéria publicada no jornal Correio Braziliense , no último dia 6, intitulado "Um Grito pela África"	19835	1.2.8 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	19850
SENADOR BLAIRO MAGGI – Necessidade de aperfeiçoamento das regras de aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais para reduzir o desequilíbrio regional no País.	19839	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – RETIFICAÇÃO Ata da 90ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 3 de agosto de 1999 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente...	19851
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Considerações sobre os prejuízos causados ao País pela mobilização dos caminhoneiros. Apelo para a incrementação dos transportes hidroviário e ferroviário no Brasil.	19841	3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 1.910 a 1.912, de 1999.	19852
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Solicitação de direcionamento dos recursos orçamentários para o incentivo ao esporte, tendo em vista o excelente desempenho dos atletas brasileiros nos jogos Pan-Americanos realizados no Canadá.	19842	Nº 1.913, de 1999, referente ao servidor Fábio André Pinto e Silva.	19854
SENADOR EDISON LOBÃO – Críticas às restrições feitas à implantação do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Estado do Maranhão.	19843	Nº 1.914, de 1999, referente ao servidor Valdo Pereira dos Santos.	19854
		4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 94ª Sessão Não Deliberativa em 9 de agosto de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo
Jefferson Péres, Osmar Dias, Leomar Quintanilha e Tião Viana*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Osmar Dias.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 488, DE 1999

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1998 (nº 4.708/94, na casa de origem), de Iniciativa do Presidente da República

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1998 (nº 4.708, na Casa de origem), de iniciativa do Executivo, que "Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929, de 27 de outubro de 1956, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências".

Com a proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende-se aperfeiçoar a redação e corrigir omissões no texto do § 1º do art. 3º da citada lei. Para isso, propõe-se, inicialmente, nova redação para o **caput** daquele parágrafo.

Depois, sugere-se a inclusão, como exceções à proibição de alteração ou retificação de idade de oficial, das seguintes situações, quando "consignada por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, nos seus assentamentos militares...": "evidente equívoco na organização dos documentos para alistamento, incorporação ou matrícula nas escolas de formação", discordância de datas entre os assentamentos individuais e o almanaque ministerial...", e o "erro de impressão em qualquer dos documentos referidos nos dispositivos anteriores".

Finalmente, é proposto novo texto à vedação de alteração de idade, para o caso previsto na lei hoje em vigor, do qual "decorra haver o mesmo oficial verificado _ com idade inferior a 17 (dezesete) anos". Aqui, a principal alteração é a retirada da expressão "com idade inferior a 17 (dezesete) anos", substituído por "com idade inferior a que realmente deveria possuir, contrariando a legislação...".

II – Análise

A proposta não contraria disposições constitucionais.

Antes de lhe discutir o mérito e a juridicidade, cumpre observar que, particularmente para os militares, a idade assume grande relevância quanto à geração de direitos em suas normas administrativas próprias. Assim, como exemplos, a data de nascimento de um militar tem influência em institutos como a Transferência para a Reserva por limite de idade, a Reforma (situação em que o militar nãta Compulsória (transferência **ex officio** para a reserva com o objetivo de criar vagas para a promoção) e a Antigüidade, que interfere no preenchimento de cargos e desempenho de funções militares.

Por esse motivo, além das conseqüenciais comuns a todas as profissões, uma alteração de idade entre os militares pode ocasionar outras e profundas

alterações de direitos. Daí, a necessidade de norma que discipline e restrinja o processo de retificação de idade.

Nesse contexto, as alterações propostas a Lei nº 2.929, de 27 de outubro de 1956 a tornam mais objetiva e correta do ponto de vista jurídico. A mudança no **caput** do § 1º do art. 3º não lhe muda a substância, mas a torna doutrinária e objetiva. A inclusão de exceções à proibição de alteração ou retificação de idade de oficial no inciso I do § 1º, é medida de justiça, pois, se a incorreção foi causada por um erro administrativo que prejudica, ou não, o interessado, não há porque não corrigi-la, mesmo que já se tenham decorridos cinco anos.

Por fim, mantém a proibição de alteração de idade para os casos em que o militar ingressou na Força com idade menor do que a prevista na lei, mas evitam a expressão "com idade inferior a 17 (dezesete) anos", como forma de preservar o dispositivo, qualquer que seja a alteração futura da idade limite.

Não o bastante, a proposta não atende ao que estabelece a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis...". Deixa de identificar os dispositivos que receberam nova redação; substitui alínea por inciso e utiliza, desnecessariamente, cláusula genérica de revogação. Para corrigir essas falhas, oferecemos emenda que, entretanto, não interfere no mérito do projeto, modificando-lhe, apenas, a redação.

III – Voto

Pelo exposto, opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1998, observada a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CRE

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 2.929, de 27 de outubro de 1956, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 3º da Lei nº 2.929, de 27 de outubro de 1956, alterada pela Lei nº 3.507, de 27 de dezembro de 1958, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 1º A idade do oficial não poderá ser alterada ou retificada quando:

a) consignada, por mais de cinco anos consecutivos, em seus assentamentos militares ou no almanaque da respectiva Força, exceto nos casos em que ficarem patentes os erros administrativos previstos nas alíneas a, b e c do caput deste artigo;

b) o requerente tiver verificado praça com idade inferior à que deveria possuir, contrariando a legislação em vigor na época do alistamento, seleção ou matrícula em escola preparatória ou de formação.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 1999. – **José Sarney**, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**, Relator – **João Alberto Souza** – **José Fogaça** – **Gilberto Mestrinho** – **Moreira Mendes** – **Tião Viana** – **Bernardo Cabral** – **Mauro Miranda** – **José Jorge** – **Pedro Piva** – **Romeu Tuma** – **Artur da Távola**.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O Expediente lido vai à publicação.

O Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1998, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se, sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.

Ao Projeto foi apresentada uma emenda que vai ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É a seguinte a emenda apresentada:

EMENDA (de plenário)

Apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (nº 3.651/97, na origem) que institui o Sistema Brasileiro de Inteli-

gência, cria a Agência Brasileira de Intelligência – AIN, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2 – PLEN

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo:

“Art. Pelo menos dois terços dos cargos em comissão de que trata esta lei deverão ser preenchidos por servidores estáveis ou militares da ativa.”

Justificação

Dispõe o texto constitucional, em seu art. 37, inciso V, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que “os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”. Por outro lado, embora a Emenda Constitucional nº 18, de 1998 tenha, de certa forma, mitigado a conceituação do militar como servidor público, inequivocamente permanece seu **status** de prestador especial de serviços ao Estado, a ele se vinculando de forma permanente, enquanto em atividade. Ademais, certo é que foi mantida a possibilidade de o militar da ativa, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função civil temporária (art. 142, § 3º, inciso III, CF).

Ante o exposto, julgamos adequado já fixar um percentual mínimo de preenchimento dos cargos de direção, chefia e assessoramento da Abin, em conformidade com o supracitado inciso V do art. 37, levando em consideração: ser inconveniente a inexistência prongada de algum percentual mínimo de preenchimento dos cargos comissionados por servidores de ligação mais efetiva com o Poder Público, em área de natureza estratégica e sensível; ser possível a ocupação de tais cargos, tanto por servidores civis como por militares, de acordo com o permissivo constitucional; ser adequado o intercâmbio entre as áreas militar e civil do Poder Público, tendo em vista a natureza híbrida do órgão que ora se institui.

Vale registrar, finalmente, que a existência desse patamar não impede que o preenchimento se dê em maior percentual, se assim julgar conveniente a autoridade governamental. O que se pretende evitar é que o amplo recrutamento prevaleça, num setor que requer a observância de regime de elevada disciplina e demanda forte compromisso com os objetivos permanentes do Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1999. – **Mariana Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotou-se, sexta-feira última, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado n.º 57, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico.

Tendo sido aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio das Mensagens nºs 152 e 153 (nºs 631 e 632, de 18 de maio de 1999, na origem), dois projetos: são eles, respectivamente, o projeto que “consolida a legislação que dispõe sobre os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação” e o que “consolida a legislação que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior”.

O fundamento legal invocado nas Mensagens Presidenciais para submeter as proposições ao Poder Legislativo é o art. 14 da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, dispositivo esse que trata da Consolidação das Leis.

De acordo com o inciso III do mencionado art. 14 da Lei Complementar n.º 95, de 1998, compete à Mesa do Congresso Nacional adotar as medidas necessárias para efetuar a publicação da *Consolidação das Leis Federais Brasileiras*.

A Presidência do Congresso Nacional, após exame preliminar dos dois textos de consolidação enviados pela Presidência da República, entendeu que têm eles todas as características de projetos de lei, em especial o poder de revogar a legislação vigente sobre as matérias.

Infere-se ser, também, esse o entendimento da Presidência da República, pois as Mensagens submetem os textos consolidados formalizados em projetos e dirigidos aos membros do Congresso Nacional e não à Mesa do Congresso Nacional.

Com base nesse entendimento, a Presidência do Congresso Nacional considera que os projetos não podem simplesmente ser publicados como consolidações antes de serem examinados por ambas as Casas do Congresso.

Assim, e com base no **caput** do art. 64 da Constituição Federal, a Presidência remete ambas as proposições à Câmara dos Deputados.

Ao final do exame na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, os dois projetos serão novamente analisados pela Mesa do Congresso Nacional para os fins de que trata o inciso III do art. 14 da Lei Complementar n.º 95, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/II/Nº 872

Brasília, 29 de junho de 1999

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação com os nomes dos Deputados do PMDB, que passarão a integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vagas existentes:

Titulares

Eunício Oliveira

Suplentes

Darcísio Perondi
João Henrique
Jorge Alberto
Milton Monti
Múcio Sá
Norberto Teixeira
Olavo Calheiros
Pedro Novais
Philemon Rodrigues
Ricardo Noronha

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB.

OFÍCIO Nº 1.176-L-PFL/99

Brasília, 1º de julho de 1999

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados abaixo relacionados para, na qualidade de suplentes, integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Rodrigo Maia
Desdeth Pantoja
Jaime Martins
Rubens Furlan
Ciro Nogueira
Francisco Garcia

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência designa o Deputado Eunício Oliveira, como Titular, e os Deputados Darcísio Perondi, João Henrique, Jorge Alberto, Milton Monti, Múcio Sá, Norberto Teixeira, Olavo Calheiros, Pedro Novais, Philemon Rodrigues e Ricardo Noronha, Rodrigo Maia, Deusdeth Pantoja, Jaime Martins, Rubens Furlan, Ciro Nogueira e Francisco Garcia, como Suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com os expedientes que acabam de ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 457/PT

Brasília, 5 de agosto de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar os Deputados Jaques Wagner (PT/BA), como titular, e Jair Meneguelli (PT/SP), com suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar e proferir parecer à Medida Provisória nº 1.916, de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências, em substituição aos Deputados José Genoíno (PT/SP) e Arlindo Chinaglia (PT/SP).

Atenciosamente, – Deputado **José Genoíno**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, primeiro orador inscrito.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, com a retomada dos trabalhos no Congresso Nacional, iniciamos também o oitavo mês do segundo mandato do Presi-

dente Fernando Henrique Cardoso. Contamos já 221 dias de uma gestão que, ao que me parece, ainda não começou, pelo menos no que diz respeito às expectativas do povo brasileiro em relação aos projetos de Governo apresentados pelo Presidente em campanha.

O que fez o Governo nestes sete meses senão apagar incêndios? O que fez grande parte dos Ministros senão correr atrás de questões que já deviam há muito estar solucionadas?

O que temos visto é um Governo e um Presidente acuados, trabalhando na defensiva e a roboque dos principais acontecimentos do País. A falta de iniciativas do Governo e da apresentação de uma agenda positiva para o País faz com que a sociedade acabe tomando a frente, mediante manifestações, para forçar soluções infinitas vezes adiadas.

O exemplo mais recente foi a greve dos caminhoneiros, há muito tempo reclamando por melhorias nas rodovias federais, por mais segurança, por melhores condições de trabalho, tiveram praticamente de parar o País para serem ouvidos.

Em uma outra vertente, pela imprensa, pudemos ler críticas às propostas do Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que quer um projeto para erradicar a fome e a miséria no País. "O Presidente do Senado põe em xeque a autoridade do Presidente ao tomar uma iniciativa que caberia à Presidência", analisaram alguns. Caberia talvez, mas se o Presidente não o faz, cabe ao Congresso, à sociedade fazer.

Antes do recesso, em declarações no mínimo infelizes, alguns articuladores do Governo chegaram a jogar a culpa no Congresso, com o ridículo argumento de que estaríamos discutindo questões sem importância para o País, como as CPIs do Sistema Financeiro e a do Judiciário.

Talvez sejam sem importância para o Governo, que até hoje não conseguiu dar explicações satisfatórias a respeito das estapafúrdias e injustificáveis ajudas a bancos inexpressivos e a banqueiros incompetentes.

O recesso, então, na visão do próprio Governo, seria o momento para se rearticular. Estamos voltando um mês depois e o que parece é que o Governo está mais desarticulado ainda.

Foi importante, porém, para que os cegos de plantão pudessem enxergar que o Congresso não atrapalha. Senadores e Deputados têm apenas tentando cumprir a sua missão, cobrando do Governo e

apresentando alternativas para o Brasil, como também os segmentos organizados da sociedade, que não suportam mais assistir à paralisia do Governo de braços cruzados.

É um segmento importantíssimo da sociedade que se prepara agora para fazer um grande movimento nacional em defesa do Brasil, movimento que deverá contar com o apoio incondicional e irrestrito do Congresso Nacional. A Confederação Nacional da Agricultura e a Organização das Cooperativas Brasileiras coordenam um movimento que tem por objetivo trazer a Brasília produtores rurais de todo o Brasil, a bordo de seus caminhões de trabalho, num verdadeiro camião. Eles virão pedir aos Congressistas apoio a matérias e leis importantíssimas que estarão em apreciação neste semestre na Câmara dos Deputados, e cobrar do Governo Federal, pela enésima vez, a implantação de uma política agrícola clara e que faça justiça ao esforço, ao trabalho, às riquezas e aos empregos que o setor oferece ao Brasil e ao povo brasileiro.

As principais reivindicações dizem respeito ao endividamento agrícola, agravado, nos últimos anos, em função de ações e de omissões governamentais. A Lei de Securitização, por exemplo, embora tenha determinado, de forma clara, a exclusão de valores decorrentes de capitalização mensal não previstos nos contratos originais de saldo devedor, não está sendo cumprida pelas instituições financeiras, diante de uma omissão inexplicável do Governo Federal. Com isso, o recálculo da dívida dos produtores tornou-se inócuo do ponto de vista prático.

A cobrança tem de ser feita ao Governo, porque foram, como disse, ações de Governo as pontas-de-lança do agravamento do problema. Com o Plano Collor, houve uma correção de saldos devedores dos empréstimos agrícolas de 84,32%, enquanto que os preços mínimos foram reajustados em apenas 41,28%. Houve, portanto, apenas neste período, um aumento real da dívida de 43,04%.

Em 1994, com a implantação do Plano Real, ao mesmo tempo em que as taxas de juros assumiam patamares extremamente elevados, o Governo Federal estabelecia a manutenção e até, em alguns casos, a redução dos preços agrícolas. A diferença de tratamento entre juros e preços, que criou a chamada "âncora verde", um dos pilares do programa de estabilização, fez com que, entre julho de 1994 e novembro de 1995, a taxa de juros do setor agrícola atingisse a cifra de 56%, em média. Como consequência, o nível de inadimplência do crédito agrícola vem se mantendo

do em patamares próximos a 32%, sem tendência de queda.

Para caminharmos para uma solução, a Câmara dos Deputados precisa aprovar leis que deverão ser votadas agora em agosto. São as seguintes as propostas daqueles que virão a Brasília no dia 16:

1) Aprovação do Projeto de Lei nº 4.895/99, do Deputado Augusto Nardes, que estabelece condições básicas de renegociação de dívidas de crédito rural e de mecanismos de contrapartida a serem cumpridas pelos produtores. O novo texto abrange dívidas rurais contratadas até 20 de junho de 1995, inclusive as já securitizadas. Propõe taxas de juros de 3%, equivalência em produto, com prazo de pagamento de 20 anos com mais quatro de carência. O valor das prestações anuais será de no mínimo 4% da renda bruta da atividade do mutuário.

2) Aprovação de um projeto de lei a ser apresentado pela Comissão de Crédito Rural da Câmara dos Deputados, estabelecendo termos para renegociação das dívidas rurais e agroindustriais, financiadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e Nordeste e do Centro-Oeste.

3) O movimento dos produtores defende junto ao Governo a criação de mecanismos de investimentos em financiamento de máquinas e equipamentos para lavoura e a agroindústria, para sistemas de irrigação e pesquisa. Os produtores defendem também a modernização nas regras de comercialização interna e externa, a desoneração e simplificação da tributação e a criação de estímulos ao desenvolvimento tecnológico. São propostas claras, simples e objetivas que devem passar a compor o rol de medidas que formariam a política agrícola do Governo Federal.

Cansados de conversar, dialogar, propor, os produtores, articulados pela Confederação Nacional da Agricultura e pela Organização das Cooperativas Brasileiras, farão uma grande manifestação pública, trazendo caminhões e máquinas agrícolas para Brasília, no próximo dia 16, como forma de mobilizar o Congresso e a sociedade e, uma vez mais, tentar sensibilizar o Governo Federal. Só de Goiás já confirmaram presença 4.700 produtores que trarão mais de mil caminhões e máquinas agrícolas para Brasília.

Os produtores não estão em busca de facilidades nem de privilégios. Defendem apenas regras claras, simples, porém justas. Querem que o Governo os apóie da mesma forma que em outros países, como nos Estados Unidos, Japão, França e tantos outros, onde a classe de produtores recebe o apoio necessário do governo.

Em contrapartida à aprovação e implementação das medidas propostas, os produtores comprometem-se a praticamente dobrar a produção agrícola até o ano de 2003.

É muito importante o Brasil saber que os produtores vão trazer propostas, mas vão apresentar soluções, comprometendo-se, inclusive, a dobrar a produção agrícola até o ano de 2003. O País deixaria a marca de 80 milhões de toneladas de grãos, na qual patinamos há anos, para chegarmos a 150 milhões de toneladas em apenas quatro anos. Isso representará cerca de 45 bilhões em exportações e a consolidação de mais de um milhão e meio de novos empregos no campo.

Para atestarmos a viabilidade desta proposta, basta-nos observar que no Brasil o setor de agronegócios é responsável por 35% do Produto Interno Bruto e tem garantido um melhor desempenho da balança comercial. Só no ano passado, suas exportações foram superiores a US\$10 bilhões.

Com todos os percalços, a agricultura brasileira terá, este ano, uma safra de 84 milhões de toneladas de grãos — e grife-se —, obtida muito mais em função do esforço e da abnegação pessoal dos pequenos produtores do que motivada por uma política agrícola oficial ainda arcaica e tímida em seus principais pontos.

A agropecuária, entre todas as atividades produtivas do País, foi a única que agüentou o tranco da crise: cresceu 17,8% no primeiro trimestre deste ano. Foi esse desempenho que afastou sombrias previsões de uma recessão ainda mais bruta para este ano.

Já é mais do que sabido que a agricultura é o setor que mais facilmente cria empregos. Um posto de trabalho na área rural exige investimentos muito menores do que nas cidades. A relação, já conhecida, é de um para cinco, ou seja, com aquilo que se gasta para gerar um posto de trabalho na cidade, poderiam ser gerados cinco no campo.

Segundo o IBGE, a agricultura garante hoje atividade produtiva a mais de 16,6 milhões de pessoas, diante de 8,9 milhões da indústria de transformação. Somente na pecuária leiteira, duramente golpeada nos últimos anos, estão diretamente envolvidos na produção 2,3 milhões de pessoas.

O Sr. Blairo Maggi (S/Partido – MT) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Blairo

Maggi, e, em seguida, ao Senador Ramez Tebet e ao Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Blairo Maggi (S/Partido – MT) – Gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante discurso que está promovendo neste momento, mostrando a real situação dos produtores agrícolas deste País, que é diferente da situação da agricultura brasileira. Temos, neste momento, que convencer as autoridades de que a agricultura brasileira até que vai bem, mas os produtores rurais estão indo muito mal. V. Ex^a, no seu discurso, diz que vai mal porque há um estoque de dívidas muito grandes que vem do passado. Dívidas oriundas do Plano Collor, da década de 80, quando o Centro-Oeste brasileiro ainda estava sendo ocupado. As reivindicações dos produtores, a partir do dia 13, quando iniciam a sua caminhada, desde Rondonópolis, no Mato Grosso, passando por Goiás, vindo do Rio Grande do Sul, é no sentido de pedir alguma coisa que é justa. O Brasil, nas últimas décadas, como V. Ex^a colocou muito bem, ficou estagnado no que tange à produção agrícola. Enquanto a produtividade cresceu 40%, a área ficou estabilizada, nos últimos dezenove anos, sem ter havido qualquer crescimento horizontal na produção agrícola. Assim, se não fossem investimentos em pesquisa e a determinação dos produtores em obter novas tecnologias, com certeza, o Brasil nem estaria produzindo 80 milhões de toneladas; estaríamos ainda em 60 milhões de toneladas. Portanto, o avanço se deu mais por necessidade e vontade dos produtores ao investirem em pesquisas do que propriamente por um auxílio governamental nessa atividade. Observamos que, nos últimos meses, o óleo diesel subiu 59,6%, enquanto que os preços mínimos reajustados não passaram de 6%. Há um descasamento muito grande. Portanto, não há como negar que temos, Senadores e Deputados, que apoiar essa iniciativa da Câmara dos Deputados e, de certa forma, forçar o Governo Federal a negociar. O Governo pensa que já resolveu o problema com a securitização. Àquela época, alertávamos o Governo para o fato de que aquele era um processo paliativo e que o grande problema da dívida agrícola ainda estava por vir. Se não tomarmos agora a decisão de resolver definitivamente a questão, como V. Ex^a diz, com certeza, dentro de pouco tempo, talvez daqui a um ou dois anos, será totalmente irreversível a situação do sistema de produção agrícola. Não há como defender que o Brasil continue com tamanha dívida, uma vez que no mundo inteiro a agricultura é extremamente subsidiada e recebe total proteção dos governos federais. O Brasil infelizmente não é um país rico e não tem como dar subsídio. Mas o agricultor precisa, no

mínimo, que as taxas de juros sejam condizentes com o mercado internacional, a fim de conseguirmos competir, mesmo que os americanos estejam com um trator e nós com um fusquinha tentando ir para o mercado internacional! Gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelo discurso oportuno. Certamente, a partir do dia 16, quando os agricultores chegarem, estaremos aqui para recebê-los, fazer os pronunciamentos e tentar articular toda a Bancada, a fim de que possamos também, de certa forma, colaborar com os produtores rurais. Parabéns.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – O aparte de V. Ex^a engrandece meu pronunciamento, haja vista que V. Ex^a, atualmente, é o maior produtor de soja no Brasil, individualmente, com mais de 20 mil hectares plantados, sendo, assim, conhecedor de tais problemas. O mais importante é que os agricultores estão vindo para Brasília a fim de fazer propostas e, ao mesmo tempo, oferecer ao Brasil melhores condições de vida, ou seja, duplicar a produção de alimentos e consolidar um milhão e meio de novos empregos no campo. Isso é extremamente importante.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a permite-me um aparte, nobre Senador Maguito Vilela?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pois não. Ouço, com muito prazer, o Senador Ramez Tebet, digno representante de um Estado também produtor, que é o Mato Grosso do Sul, a exemplo do Mato Grosso, representado pelo Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Ramez Tebet, desculpe-me interrompê-lo. Queria fazer um apelo aos Srs. Senadores que vão apartear o orador no sentido de que abreviem as suas intervenções, já que o tempo de S. Ex^a está esgotado.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Maguito Vilela, sem dúvida V. Ex^a está falando por todo o Centro-Oeste. V. Ex^a não está isolado na tribuna; V. Ex^a é voz altamente categorizada pelo seu passado de lutas e pelo estímulo que sempre deu ao homem do campo quando Governador do Estado de Goiás. Realmente V. Ex^a aborda um tema que deixa os Estados produtores de grãos preocupados com a situação do homem do campo e da agricultura. Essa marcha dos agricultores está sendo feita para buscar aquilo que é o mais elementar no processo econômico. Se o Governo continuar insensível ao apelo do homem que produz, haverá uma catástrofe muito grande no País. Só queria lembrar, para acrescentar ao discurso de V. Ex^a, que ainda ontem — isso é importante porque está no contexto do Mercosul e porque os países todos estão impondo mecanismos de defe-

sa aos seus produtos – o Presidente Menem prorrogou por 20 anos a dívida dos agricultores argentinos, baixou os juros e mandou suspender todas as ações existentes no Poder Judiciário contra os agricultores em razão de crédito agrícola. Então, veja V. Ex^a a profundidade e o alcance de suas palavras nesta hora. Precisamos levar em conta o contexto do Mercosul. A Argentina dobrou sua produção de grãos em dez anos, enquanto que a nossa, como V. Ex^a afirma, está estagnada. Senador Maguito Vilela, aceite meus cumprimentos. Que a sua voz aí dessa tribuna seja, como o é, a voz do Centro-Oeste em defesa da agricultura e dos agricultores, em defesa do homem do campo, em defesa da melhoria da qualidade de vida e em defesa, sobretudo, da geração de empregos, porque a agricultura e a habitação são os dois setores que mais podem contribuir para resolver o problema do desemprego no País.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Senador Ramez Tebet, agradeço muito o parte de V. Ex^a, que também tem muita experiência e representa um Estado que tem contribuído muito para com este País e para com o mundo. Essa atitude do Presidente da Argentina não era ainda do meu conhecimento. Considero-a muito importante no momento em que os agricultores brasileiros também fazem reivindicações ao Governo Federal e propõem ajudar o Brasil a sair desse marasmo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Maguito Vilela, o assunto que V. Ex^a traz para a reflexão deste Plenário é muito importante e mereceria um longo aparte, mas prefiro obedecer ao nosso Presidente porque há outros oradores inscritos. Gostaria de dizer que V. Ex^a também está falando em nosso nome e no do Estado de Tocantins que, de certa maneira, faz parte da Região Centro-Oeste, dada a afinidade que possui com os Estados localizados no setentrão brasileiro. V. Ex^a está otimista. Está falando em 150 milhões de toneladas de grãos. Com a falta de uma política, nobre Senador Maguito Vilela, deveremos ter um decréscimo. Creio que os governantes, os passados e os atuais, nunca se deram conta de que o homem do campo é um viciado, a terra é como um tóxico, como uma droga que o vicia. Essa é a grande vantagem que o Brasil possui. O cidadão planta, consegue boa produtividade, colhe e quando vai vender seus produtos tem prejuízo. Quando che-

ga o ano seguinte, ao observar a existência de nuvens negras no céu, de relâmpagos e de trovões, olha a terra e sente que lá está sua vocação. É como se fora, portanto, uma droga que o inebria e que o conduz a essa profissão difícil que V. Ex^a bem conhece. Gostaria de cumprimentar V. Ex^a. Os produtores rurais do nosso País merecerão, sem dúvida, todo o nosso apoio, este apoio que V. Ex^a quer lhes prestar. Dizem que no Congresso Nacional a Bancada mais forte é a ruralista, mas ela, Bancada, não tem conseguido os benefícios proporcionais ao seu tamanho e o produtor rural brasileiro continua a penar, a amargar essa inadimplência. Portanto, cumprimento V. Ex^a ao fazer esse oportuníssimo discurso na tarde desta segunda-feira.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço-lhe o aparte, bem como a delegação para falar também em nome do Tocantins, muito bem representado por V. Ex^a, de Mato Grosso do Sul, representado pelo Senador Ramez Tebet, e de Mato Grosso, representado pelo Senador Blairo. O Centro-Oeste precisa apoiar os agricultores. Dissemos que podemos dobrar a produção, mas isso só ocorrerá se o Governo atender aos reclamos dos agricultores.

O Brasil precisa que o setor agropecuário receba apoio efetivo. Os agricultores trarão a Brasília propostas simples e objetivas na única forma que o Governo parece entender: manifestação pública.

Os produtores precisam de nosso apoio e de nossa solidariedade nesse movimento e, principalmente, nas suas ações de desdobramento. Precisamos convencer o Governo de que há tempo e condições para rever prioridades e redefinir rumos. Dar ao campo condições dignas de produção é iniciar o processo de retomada de desenvolvimento do Brasil; é investir na geração de riquezas e de empregos, é combater aos alarmantes e incômodos índices de violência urbana que aterrorizam o País de canto a canto; é distribuir melhor a renda e promover justiça social; é conter o êxodo rural, deixando de transformar a miséria rural em miséria urbana, o que só complica a vida de todos; é iniciar o caminho da reconstrução da credibilidade perdida, e, não é exagero dizer, seria o início da retomada fundamental da própria governabilidade.

Era o que tínhamos a declarar, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM, Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de amanhã, irei requerer a convocação do Sr. Ministro de Minas e Energia e dos Presidentes da ANP e da Petrobrás para darem explicações a esta Casa a respeito dos preços dos combustíveis fósseis em nosso País, uma “caixa preta” à qual a sociedade brasileira não tem acesso. E o que é pior, Sr. Presidente: parece que nem mesmo os superiores hierárquicos dos segmentos burocráticos que teoricamente lhes são subordinados têm conhecimento do que contém essa “caixa preta”.

A Petrobras aumentou os preços de todos os derivados de petróleo e do gás natural em 28,78%, no dia 04, anunciando já agora outro, de 11,22%, no mês de setembro, acumulando um índice de 40% em apenas dois meses. Será o quarto aumento do ano, perfazendo um total de 74% no decorrer de 1999. Estou falando de gás natural, e não de gás de cozinha, Sr. Presidente.

O Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia anunciou que vai entrar no CADE com um pedido de processo contra esse aumento, que considerou abusivo. O Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB entende que 21 projetos de implantação de usinas termoeletricas a gás poderão ser inviabilizados diante desse aumento de preços. Isso interessa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, diretamente ao meu Estado. Manaus tem um parque energético com origem parte em uma matriz hidráulica, parte em uma matriz térmica – diesel e *fuel oil* –, sendo que a sua grande esperança de solução do problema energético, por muitas décadas, são as termoeletricas a gás, notadamente com a próxima instalação de uma termoeletrica dessa natureza que se utilizará da matéria-prima oriunda das jazidas de Urucum, no Amazonas.

Se, como diz o Presidente da ABDIB, esse aumento de preços inviabilizar a implantação de usinas termoeletricas a gás em nosso País, essa é uma ameaça muito séria ao futuro energético do meu Estado, Sr. Presidente.

E, como se não bastasse o aumento do gás, houve o aumento dos derivados. Assim, o Sr. Ministro deve explicações também a respeito da estrutura dos preços dos derivados de petróleo, a qual ninguém sabe também dizer qual é.

Dessa forma, Sr. Presidente, este meu pronunciamento foi apenas uma antecipação do que farei

amanhã na reunião da CAE, a fim de que o Plenário do Senado tomasse conhecimento do assunto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, por vinte minutos, ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como entendo que um dos gestos imprescindíveis ao ser humano é o de saber reconhecer, ser grato e homenagear aqueles de direito, subo à tribuna para prestar uma homenagem àquele que julgo o maior cientista médico das Américas, aquele que marcou a História da Ciência no nosso País, quando, pela primeira vez, talvez em toda a Humanidade, alguém tenha definido e identificado uma doença, tanto no aspecto epidemiológico, na sua profilaxia, nas suas formas clínicas e na sua fisiopatogenia, como o fez o nobre cientista Carlos Chagas. Este cientista foi homenageado pelo País e pelo mundo inteiro, por seu trabalho no campo da saúde pública, no mês de julho, mês de seu falecimento. De outra parte, sendo julho um mês de receso para os trabalhos do Congresso Nacional, só agora venho a esta tribuna para prestar esta justa homenagem, em meu nome pessoal e, acredito, de todos os membros do Senado Federal.

No momento em que a saúde pública no Brasil, vítima do descaso, dos descaminhos das ações públicas, da má administração, da corrupção e dos desvios escandalosos de verbas, continua nos envergando perante o mundo inteiro, salvo evidentemente exceções de alguns gestores que procuram corresponder à responsabilidade que lhes é permitida pelo Poder Central, gostaria de dedicar este pronunciamento à memória do eminente cientista Carlos Chagas, exemplo de cidadão consciente dos gravíssimos problemas sanitários do País no momento histórico em que viveu: administrador público competente, Médico e pesquisador de primeira grandeza, reconhecido pelos mais importantes institutos e Universidades mundiais, e que dedicou praticamente toda a sua vida profissional ao desenvolvimento da ciência brasileira.

O cientista Carlos Chagas nasceu em Minas Gerais, em 1879, e morreu no auge do cumprimento de sua missão, aos 55 anos, em 1934, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1897, aos 16 anos, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, em 1903, concluiu o curso. A partir daí até o fim dos seus dias, foi personagem dos mais atuantes e dos mais marcan-

tes em todas as etapas do desenvolvimento da saúde pública em nosso País.

Durante toda a sua vida como médico sanitarista, o Dr. Carlos Chagas teve a oportunidade de conviver com as péssimas condições sociais apresentadas pelo Brasil. Assim, por onde andou, de Norte a Sul, ele pôde constatar, no exercício de sua difícil profissão, a crueldade do subdesenvolvimento e a miséria estampada nos rostos sofridos de milhares de doentes vitimados constantemente pela malária, pela febre amarela, pela peste, pela hanseníase, pela tuberculose, pelas diarreias, pelas verminoses e por epidemias diversas que eram comuns tanto nas cidades quanto nas áreas rurais brasileiras.

Apesar do ambiente social chocante, da indiferença dos poderes públicos em relação às precárias condições de vida das populações pobres e aos programas sanitários, Carlos Chagas, ainda na faculdade, tomara a decisão de ser um missionário da medicina social.

Fora do ambiente das aulas, dedicava todo o seu tempo ao trabalho hospitalar voluntário, acompanhando doentes nas enfermarias, e, mesmo nos dias de domingo, oferecia-se para substituir seus colegas nos plantões noturnos.

Como estudioso, interessava-se bastante pelos conhecimentos básicos da fisiopatologia e acreditava que só por eles poderia chegar-se a uma melhor compreensão das etiopatogenias das doenças, particularmente daquelas ligadas a fatores infecto-contagiosos. Nessa época, Carlos Chagas já impressionava muitos pela dedicação aos estudos, pelo brilhantismo na sala de aula e pelos conhecimentos de que dispunha.

Em 1902, conheceu pessoalmente a também admirada e imprescindível figura na história da ciência médica brasileira, o Professor Oswaldo Cruz (a quem terei a oportunidade e a honra de homenagear em breve). O Professor Oswaldo Cruz tornou-se em seguida o orientador da sua tese chamada "Estudos hematológicos do impaludismo" defendida com mérito em 1903. Ao mesmo tempo em que deixou a faculdade, iniciou uma longa amizade com Oswaldo Cruz e no mesmo ano foi nomeado por ele para trabalhar como pesquisador no Instituto Manguinhos.

Em 1905, uma forte epidemia de malária localizada nas Docas de Santos foi o primeiro desafio que Carlos Chagas, com apenas 26 anos, teve de enfrentar no início de sua carreira. Dessa maneira, Oswaldo Cruz, apostando na competência do jovem médico e ex-aluno, indicou-o para assumir a responsabilidade de atender aos doentes e a debelar o surto da doen-

ça. Em pouco tempo, estudando os movimentos do mosquito transmissor da doença, resolveu desinfetar as casas depois de calafetadas utilizando a queima do piretro, um produto sulfúreo que conseguia matar o mosquito. Em menos de três meses, obteve sucesso: venceu o desafio e erradicou a malária em Santos. Assim deu início ao método da desinfecção domiciliar que pouco mais tarde usaria o DDT no combate à malária em muitas as regiões do mundo.

Apesar da grande descoberta, sua importância só veio mesmo a ser consagrada em 1923, em Roma, no Congresso Internacional de Malariologia. Na ocasião, o próprio Carlos Chagas defendeu a teoria da profilaxia domiciliar antipalúdica, teoria que foi prontamente aceita pelos especialistas ingleses, que, até então, se posicionavam contrariamente ao método.

Em 1909, novamente pelas mãos do Oswaldo Cruz, outra grande missão desafiadora o esperava, dessa vez, nos canteiros avançados da famosa estrada de ferro Central do Brasil, projetada para ligar o Rio de Janeiro a Belém. No vilarejo chamado Lassance, um forte surto de malária causava grande mortalidade nas frentes de trabalho, paralisando completamente as obras da estrada. Chegando ao seu novo posto, tratou imediatamente de improvisar um laboratório e iniciar as suas análises visando ao combate da epidemia.

Em meio a essas pesquisas, Carlos Chagas deparou-se com uma descoberta inédita, que o consagra e consagra o Brasil perante o mundo inteiro. Encontrou um novo **tripanossomo**, totalmente diferente dos que havia estudado até então. Em homenagem a Oswaldo Cruz, chamou-o de **tripanossoma cruzi**, agente transmissor direto do que se convencionou chamar pouco mais tarde de "doença de Chagas", doença que hoje ainda aflige seis milhões de brasileiros. Com essa novidade que logo causou grande polêmica nos meios científicos mundiais, inaugurava-se uma nova página de debates nas pesquisas sobre medicina sanitária – e Carlos Chagas tinha apenas 30 anos.

Em 1912, sempre preocupado com a saúde na hinterlândia brasileira, viajou para a Bacia Amazônica com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre as condições médico-sanitárias em seus rios, cidades e vilarejos. Posso informar com orgulho que Carlos Chagas teve a coragem e a ousadia de enfrentar os mais longínquos lugares da Amazônia brasileira àquela época, chegando às margens do rio Envira e do rio Tarauacá. Lá identificou casos atípicos de malária, mas hoje, à luz da ciência, pode-se determinar que o que ele interpretava como complicações da ma-

lária (ascite ou barriga-d'água) era esquistossomose, doença mais comum no Nordeste. Carlos Chagas achava que era uma possível complicação da malária a ser elucidada o que hoje se sabe ser uma complicação da cirrose hepática dos doentes vítimas da hepatite.

Em pequenas canoas, em lombo de burros e mesmo a pé, enfrentando os rigores da floresta tropical, percorreu longas distâncias na Amazônia. Carlos Chagas voltou impressionado com o abandono da região pelo Poder Público, com a miséria gritante do caboclo, com as condições de trabalho extremamente dolorosas do seringueiro e com o paludismo impiedoso que atacava populações inteiras. Paludismo e beribéri eram as duas grandes provas de sofrimento que os seringueiros nordestinos enfrentavam na exploração da borracha.

Em 1917, um acontecimento triste marcou profundamente a sua vida e um novo desafio se apresentou em sua movimentada carreira. O seu mestre Oswaldo Cruz, gravemente doente, faleceu no dia 11 de fevereiro. Quatro dias depois, Carlos Chagas, escolhido pelo Presidente Venceslau Brás, assumiu o posto de Diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Realizou profundas mudanças durante todo o tempo em que lá permaneceu.

Em 1918, viu-se diante do quarto desafio de sua vida. Carlos Chagas foi chamado a enfrentar a "gripe espanhola", que devastava a Europa Ocidental e agora chegava ao Brasil pelos navios ingleses que atracavam em nossos portos.

O Rio de Janeiro foi logo contaminado por uma grande epidemia que se alastrou pelo Brasil afora. O próprio Carlos Chagas não resistiu à sua força e foi por ela contaminado. Mesmo doente, o eminente cientista não se entregou e partiu para o ataque, organizando hospitais temporários e prestando socorro médico aos necessitados. Mais uma vez Carlos Chagas saía vitorioso e definitivamente convicto de que o Brasil era realmente um grande hospital, como dissera alguns anos antes com muito estardalhaço na imprensa o grande clínico Miguel Pereira. O total desaparecimento do País mostrava sua impressionante fragilidade diante das hoje chamadas doenças de massa.

Foi justamente em função dessa realidade caótica que o Presidente Epitácio Pessoa, temendo o agravamento das condições sanitárias do Brasil, convocou Carlos Chagas para uma nova missão, mais difícil ainda do que o combate a "gripe espanhola". Tornava-se necessário, com urgência, reformular completamente os serviços sanitários em todo o País. Para isso, foi criado o Departamento Nacional de Sa-

úde Pública, em 1920, e, para dirigi-lo, foi indicado Carlos Chagas, que aceitou mais esse desafio e permaneceu no cargo até 1926, com a posse de Washington Luiz para Presidente da República.

Além de ter sido o personagem mais importante de todos esses acontecimentos que marcaram o desenvolvimento da medicina social em nosso País, Carlos Chagas foi o criador do primeiro curso de Higiene e Saúde Pública, foi o formulador de um novo Regulamento de Saúde Pública para o País e fundador da Escola de Enfermagem Ana Nery. Viajou inúmeras vezes pela Europa, Estados Unidos e América Latina, onde defendeu com competência e segurança, nos anfiteatros das universidades e nos auditórios das instituições científicas, os resultados dos seus estudos, de suas pesquisas e de suas descobertas, procurando sempre engrandecer o nome da ciência brasileira, apesar das enormes dificuldades que teve de enfrentar para levar adiante todos os seus projetos.

Além de orgulhar o Brasil por sua dedicação, honestidade, exemplo de competência e seriedade, é importante ressaltar que Carlos Chagas enveredou por uma só estrada e dela nunca se afastou. Foi, portanto, na medicina sanitária, nos estudos científicos ligados a ela, nos laboratórios e nas salas de aulas que cumpriu a sua missão com muita dignidade e perseverança. A despeito do seu talento nato para a vida pública e seu potencial político – poderia ter sido eleito tanto Senador pelo Rio de Janeiro, como Deputado Federal por Minas Gerais – considerava seus desafios na área da saúde grandes o suficiente para se dedicar a eles de corpo e alma em tempo integral.

Às 19h30m do dia 9 de novembro de 1934, vitimado por um edema pulmonar agudo em sua residência, o eminente cientista brasileiro Carlos Ribeiro Justiniano Chagas viria a repousar eternamente ao lado de outros homens dignos, que construíram com muita garra e fervor a história do nosso País neste século que termina.

Para os que estão organizando a galeria dos homens ilustres que fizeram o Brasil, de 1900 até o ano 2000, Carlos Chagas já tem o seu lugar de honra, junto com Gaspar Viana, Oswaldo Cruz e Santos Dumont, no campo da aviação, como de outros eminentes cientistas da história do século do Brasil.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Senador Tião Viana, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com imenso prazer, eminente Senador e Colega do Estado de Tocantins.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Tião Viana, gostaria de parabenizar V. Ex^a

por trazer um assunto tão bonito e fazer uma homenagem tão sincera a esse cientista que foi um dos maiores luminares da medicina sanitária no País: o Dr. Carlos Chagas. E àquela época, conforme V. Ex^a descreve, Carlos Chagas trabalhava enfrentando todas as adversidades, contraindo as moléstias que combatia. E parece que há muito tempo não ouvimos falar no nome dele. Até a doença que leva seu nome e que, graças a ele, está diminuindo sua ocorrência no País, parece que está fazendo com que o povo esteja se esquecendo de seu nome. Portanto, gostaria de cumprimentar V. Ex^a quando revive a memória desse grande brasileiro que honrou nossa querida profissão, um dos que mais a honraram, juntamente com outros que V. Ex^a cimento. Talvez tenhamos que chamar novamente Carlos Chagas, Oswaldo Cruz, os grandes homens da medita: Oswaldo Cruz, Gaspar Viana e tantos outros cientistas brasileiros que deram, por assim dizer, suas vidas a fim de que o povo brasileiro pudesse ser amparado dessas enfermidades e endemias que tanto acometiam o País. E infelizmente, talvez por falta de homens dessa envergadura, estamos vendo várias doenças já praticamente banidas recrudescerem. Talvez seja isso mesmo que V. Ex^a esteja fazendo neste exato mocina brasileira. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço, de modo muito sincero, o nobre Senador Carlos Patrocínio, que, como médico também, carrega a emoção de ouvir falar em Carlos Chagas, uma figura da história da humanidade, seguramente.

Da minha formação médica, tenho a honra de afirmar que pode até ser uma ousadia, mas não conheço história tão bonita, em toda a história da ciência médica da América inteira, como a de Carlos Chagas: alguém que, com quatro anos de idade, ficou órfão de pai, que foi fundamental no sustento de sua família, que tinha uma influência forte e firme de sua mãe para ser engenheiro, como era o sonho da mãe dele, mas, aos 16 anos, já encontrava maturidade para traçar o seu destino no campo da ciência médica e da saúde pública. E é a figura mais admirável da nossa história da saúde.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Tião Viana, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço com muita honra o eminente Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Tião Viana, sem interromper a linha do seu discurso, gostaria também de cumprimentá-lo. O Brasil se esquece muito das pessoas que vão fazendo a sua história; rapidamente elas se perdem na poeira do tempo. E V. Ex^a está resgatando a memória de um gran-

de brasileiro exatamente numa época em que vemos os pobres brasileiros morrendo nos corredores dos hospitais. Aliás, a situação no Brasil está muito complicada, porque se paga muito tributo, muito imposto, mas, se não se pagar um plano de saúde privado, não haverá saúde; paga-se muito tributo e muito imposto, mas, se um filho não for para uma escola privada, particular, ele não vai aprender para conseguir passar no vestibular; paga-se muito tributo para que haja segurança, mas, ou contratamos um serviço de segurança, ou escondemo-nos e fechamos a porta de nossas casas, como uma prisão, para o bandido ficar solto do lado de fora praticando atos criminosos. É época de refletirmos sobre a biografia desse grande brasileiro que foi Carlos Chagas. Quando vemos essas medalhas que o Brasil conquistou nos Jogos Pan-Americanos, constatamos que foram conquistadas por filhos de pobres brasileiros. Os ricos brasileiros não competem, porque estão muito acomodados, talvez. Mas a classe média baixa e o pobre brasileiro foram dar essa lição de luta, de garra, de coragem. E nos chamam a refletir sobre a situação dessa camada da população brasileira que precisa agora de não ter que pagar um plano de saúde, mas ter assistência pública tanto na educação quanto na saúde e na segurança. Cumprimento V. Ex^a, que não deixou que se perdesse a memória de Carlos Chagas, esse grande brasileiro a quem todos nós veneramos por meio da sua fala.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o nobre Senador Gerson Camata, que há pouco tempo demonstrou um enorme apreço pelo Brasil, quando afirmou que os gringos de Detroit estavam rindo do Brasil por dar incentivos a algumas empresas internacionais, quando deveríamos defender mais o nosso País. Com certeza, seu apelo no sentido de uma segurança pública mais eficiente para o Brasil, uma educação à altura do povo brasileiro e acesso à saúde com dignidade é uma afirmativa fundamental para homenagear também a figura de Carlos Chagas. Eu gostaria de dizer que Carlos Chagas extrapola seu próprio tempo em função disso, porque é o exemplo de alguém humilde que, com quatro anos de idade, perdeu o pai, enfrentou todas as dificuldades da vida e, aos 16 anos – e hoje afirmamos que um jovem de 16 anos não tem condições de trilhar seu próprio destino –, Carlos Chagas afirmava segurança em um caminho, com responsabilidade, e trocava seus finais de semana pela luta para construir uma sociedade nova no campo da saúde pública.

Penso que o Ministério da Saúde poderia incorporar exemplos dessa natureza e entender que a sa-

úde pública pode ser feita com muita simplicidade, muita objetividade, como exemplificou Carlos Chagas. Não é preciso muito dinheiro. Cuba, com US\$20 **per capita**, está entre os oito primeiros indicadores de saúde do mundo; a Inglaterra gasta 5,5% do seu PIB em saúde, tem os melhores indicadores da Europa Ocidental, numa saúde estatizada; o governo americano, que possui a saúde essencialmente privatizada, gasta 11,1% do seu PIB e possui indicadores piores dos que os da Inglaterra. O que falta é o senso de prioridade, de objetividade. Sem grandes mistérios, o Brasil poderia sair de uma condição de referência desconfortável na história da saúde e, quem sabe, afirmar-se, como fez nos Jogos Pan-Americanos. Nossos atletas, com simplicidade e humildade, acreditaram e lutaram muito para entrar para a história de nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lastimável que, após o exemplo de Carlos Chagas e depois de toda a sua luta, nenhum governante brasileiro tenha tido a sensibilidade de declarar uma guerra final contra as doenças sociais e contra a miséria humana, que não têm qualquer sentido para existir em nosso País. Infelizmente, o Estado continua manobrado pelos poderosos e é em benefício deles que as instituições realmente funcionam. Aos pobres e marginalizados resta apenas a remota esperança de receberem algum benefício ou de que suas vidas mudem porque um milagre, quem sabe, possa acontecer um dia nos céus do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra, por vinte minutos, o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar a calma desta tarde de segunda-feira para trazer ao plenário dois apelos com relação ao meu Estado, o Amapá. No curto discurso que pretendo fazer, vou focar assuntos regionais, do Estado do Amapá e, em especial, a questão dos servidores públicos dos ex-Territórios, que afeta Roraima, Rondônia e do Acre, além do problema da nossa principal rodovia, a BR-156.

Os servidores públicos federais dos ex-territórios têm sofrido, no atual Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, duas cargas muito pesadas com relação à sonegação de direitos. Uma, no contexto da reforma administrativa, que apenas todos os servidores públicos da União, e outra que diz respeito à exclusão de alguns direitos dos servido-

res dos ex-territórios que são assegurados para os demais servidores da União.

Sr. Presidente, estou no quinto ano de meu mandato e venho permanentemente trabalhando para reverter algumas situações que dependem apenas de vontade e decisão política do Governo Federal, sobretudo da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, que trata das questões dos servidores públicos federais. Enquanto estes têm direito a um plano de assistência médico-odontológica, os servidores dos ex-territórios estão excluídos. Fizemos vários contatos, conforme já mencionei, e sempre nos é prometido que no ano seguinte os servidores dos ex-territórios serão contemplados com seu plano de assistência médico-odontológica, nos moldes daquele dos demais servidores públicos federais, cuja assistência médica e odontológica, estendida também aos dependentes, é custeada em cerca de R\$24,00 **per capita** pelos cofres da União, além de uma contrapartida do servidor.

Novamente, estamos trabalhando para tentar convencer os representantes do Poder Executivo nos Ministérios competentes – o de Planejamento, Orçamento e Gestão e o da Fazenda –, aos quais se vinculam administrativamente os servidores dos ex-territórios, do direito que lhes é devido. Esperamos que a proposta orçamentária, a ser enviada ao Congresso Nacional, provavelmente até o final deste mês de agosto, contenha a garantia a esses servidores de seu plano de assistência médico-odontológica.

Temos a informação preocupante de que, na proposta preliminar, que já teria saído dos Ministérios, mais uma vez, esses direitos estão sendo desrespeitados. Como ainda há tempo para fazer uma correção, faço aqui um apelo aos Ministros Martus Tavares e Pedro Malan para que garantam os direitos dos servidores dos ex-territórios para o ano que vem.

Há algo mais preocupante ainda: fomos informados de que esses servidores estão deixando de ser contemplados com o auxílio-creche. Enquanto os demais servidores da União continuam com esse direito, na proposta orçamentária estão sendo retirados dos servidores dos ex-territórios os recursos que antes lhes eram disponibilizados para o auxílio-creche. Apelo igualmente aos Ministros para que sejam incluídos na proposta orçamentária do Governo Federal esses recursos para os Estados do Amapá, Roraima e Acre. Que cesse, de uma vez por todas, a discriminação aos ex-territórios, haja vista que não tem fundamento a argumentação de que os servidores dos ex-territórios estariam **sub judice** perante a União,

que havia processos no Ministério e no Tribunal de Contas da União, colocando sob suspeição o vínculo desses servidores com a União. O Congresso aprovou, no contexto da reforma administrativa, uma emenda aglutinativa que reconhece o direito ao vínculo de todos os trabalhadores e servidores que já prestavam serviços aos ex-territórios. Então, uma parte do problema foi resolvida.

Congratulo-me com a decisão final do Tribunal de Contas da União que, na quarta-feira passada, reconheceu o vínculo com a União dos servidores dos ex-territórios que trabalhavam em empresas públicas e sociedades de economia mista, reconheceu, portanto, que a responsabilidade pelo pagamento desses servidores é da União. De acordo com a Constituição Federal, os recém-criados Estados do Amapá e de Roraima não poderiam gastar mais de 50% de sua receita com o pagamento de servidores. Ora, se esses Estados fossem receber em seus quadros os servidores que já trabalhavam nas estatais, nas sociedades de economia mista, evidentemente ultrapassariam os 50%, ainda mais tendo que contratar novos servidores para conduzirem as questões administrativas, sociais e de desenvolvimento.

Portanto, de uma vez por todas, a tese de os servidores estarem **sub judice** foi soterrada. Agora não há mais o que argumentar contra os direitos adquiridos dos servidores dos ex-territórios. Apelamos, neste momento, para que haja um tratamento igualitário e que eles sejam, de uma vez por todas, considerados servidores públicos federais, conservando seus direitos e conquistando os que lhes estão sendo sonegados pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto que me traz à tribuna é com relação à BR-156, nossa rodovia principal, que liga o rio Amazonas ao rio Oiapoque, ou seja, a Capital de nosso Estado à cidade brasileira de Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.

Nos meus cinco anos de mandato, anualmente a Bancada federal do Amapá, unida, coesa, tem incluído no Orçamento da União recursos para a construção e pavimentação dessa rodovia. Lamentavelmente, em todos esses anos, nenhum centavo de recurso federal foi liberado para a BR-156, o que é uma negação da política do Governo Fernando Henrique Cardoso de combate às desigualdades regionais, uma negação ao reconhecimento do Governo Federal de que é estratégico para o Brasil a ligação, por terra, de nosso País com a Guiana Francesa, através do Estado do Amapá, compromisso esse assumido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso junto ao

Presidente francês Jacques Chirac, quando aqui esteve, ocasião em que nosso Presidente da República deslocou-se para Saint-Georges, cidade da Guiana Francesa situada na margem esquerda do rio Oiapoque, e mais uma vez se comprometeu com esse projeto estratégico para o Brasil, tanto do ponto de vista rodoviário quanto de segurança, de defesa nacional.

Estou mais uma vez a apelar para a sensibilidade dos Ministros da área econômica e dos Transportes, Eliseu Padilha, para que garantam a liberação dos recursos que estão no Orçamento da União. Trata-se de recursos de pequena monta – pouco mais de R\$6 milhões –, mas suficientes para que essa rodovia saia da inércia. Daí por diante, a cada ano, a União poderá, então, assegurar recursos por meio do Orçamento, e a Bancada de Senadores e Deputados Federais do Amapá tem sido prestativa nesse aspecto, conscientizando-se da importância desse projeto e dessa obra para o desenvolvimento do nosso Estado e assegurando, a cada ano, recursos no Orçamento, que infelizmente são negados pelo Ministério dos Transportes, pelo Governo Federal.

Neste ano, o Ministro Eliseu Padilha comprometeu-se com a Bancada Federal, e esperamos que a vontade expressada por S. Ex^a, de liberar esses recursos, seja consolidada e que, no segundo semestre, com a sua liberação, possamos recomeçar uma obra importante para o Amapá e para o Brasil, pois há nove anos a BR-156 está paralisada, sem receber recursos federais. Nos cinco anos da administração de Fernando Henrique Cardoso e nos quatro de seus antecessores – Fernando Collor e Itamar Franco –, nenhum centavo foi liberado para a construção da BR-156.

A partir de setembro, quando estaremos elaborando as emendas ao Orçamento da União, certamente a Bancada priorizará essa rodovia e assegurará os recursos necessários para que ela possa ter continuidade. Esperamos que a Comissão de Orçamento aprove a destinação de recursos para essa rodovia e que o Governo libere os recursos deste e do próximo ano. Como a BR-156 está no Plano Brasil em Ação II, o Governo, para facilitar, poderia incluir esses recursos para a BR-156 na proposta orçamentária do ano 2000 que será encaminhada em agosto para o Congresso Nacional.

A BR-156 é o grande projeto de desenvolvimento para o Estado do Amapá. Todo o potencial pesqueiro, agrícola e pecuário do Estado do Amapá encontra-se em Municípios localizados às margens da BR-156, assim como o grande projeto de turismo, em função de os locais turísticos – Praia do Goiabal, Ca-

choeira Grande, regiões de lagos, pantanais e outros – terem acessos por meio da BR-156.

Apelo ao Governo Federal que não continue condenando o Estado do Amapá a um processo econômico de estagnação e até de retrocesso, porque, infelizmente, nos últimos anos, não houve condições de se implantar no Estado do Amapá nenhum projeto de desenvolvimento de grande porte que garanta geração de emprego e renda e melhores condições de vida para o nosso povo.

Aliás, tem-se observado, infelizmente, uma negação daquilo que já existe, um retrocesso da nossa área de livre comércio, como consequência de algumas medidas adotadas pelo Governo Federal, sobretudo pela Receita Federal, que penaliza a área de livre comércio do Amapá e a Zona Franca de Manaus, num processo de discriminação muito forte, de preconceito contra a Região Amazônica e contra as regiões mais pobres de nosso País.

Fica aqui, Sr. Presidente, este apelo para que o Governo reveja a sua posição e possa tratar com equidade também o Estado do Amapá, o único da Federação que, nos quatro anos e meio do Governo Fernando Henrique Cardoso, não recebeu sequer um centavo para a construção de rodovias federais. Deixo este registro na esperança de que o Ministro Eliseu Padilha possa liberar os recursos para a construção da nossa BR-156.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Exª, com o consentimento da Senadora Emilia Fernandes, por cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senado aprovou, em dezembro último, a Lei nº 9.755, que obrigava Estados e Municípios a apresentarem, em uma **home page** na Internet, a divulgação das suas contas. No entanto, até hoje, essa página continua vazia. Ou seja, nenhum Estado da Federação vem cumprindo o que dispôs a Lei nº 9.755.

É evidente, Sr. Presidente, que a lei foi feita para oferecer transparência no que se refere às contas pú-

blicas. Todos sabemos da gravidade e das consequências que traz à sociedade brasileira o déficit público, e queremos conhecer a situação real dos Estados. Essa Lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, continua, apesar de aprovada, sem ser cumprida pelos Estados.

Apresento requerimento para solicitar ao Tribunal de Contas da União que responda quais os obstáculos que podem estar prejudicando a efetivação do acompanhamento das contas públicas, conforme determinado na supracitada lei.

O outro requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, já lido pela Mesa, solicita ao Ministro Pedro Malan que informe a este Senado quais os títulos que hoje estão sendo administrados pelo Banco do Brasil. Aliás, eu já havia apresentado um requerimento para que o Ministério da Fazenda apresentasse os atuais detentores de todos os títulos precatórios do País, requerimento este que, infelizmente, não foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Resolvi, então, apresentar um requerimento para que se dê conhecimento, de fato, de quais os títulos que estão hoje sob a administração do Banco do Brasil. Fomos obrigados a votar em regime de urgência praticamente a legitimação dos títulos da Prefeitura de São Paulo, de posse do Banco do Brasil.

Devemos conhecer esse dados com antecedência, Sr. Presidente, porque estou prevendo que outras medidas deverão ser adotadas por este Congresso Nacional para que o Banco do Brasil não quebre, porque esse será o discurso. Serão colocados aqui, em regime de urgência, alguns projetos que obrigarão o Senado a tomar uma decisão. Já votei contra a primeira medida e serei contrário a outras que venham legitimar precatórios, títulos podres, sem valor de mercado.

Sr. Presidente, são dois os requerimentos importantes que apresento. Peço, assim, o apoio de todos os Srs. Senadores.

Cumprindo o tempo regimental, encerro a minha comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre o assunto, V. Exª tem razão, até porque não deveríamos suscitar esses problemas no plenário sem conhecermos antes os critérios rígidos em relação a todos os Estados. Não poderemos ficar a excepcionalizar quando uma ou outra autoridade deseje.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

nesta tarde, no início desta semana de trabalhos do Senado Federal, abordarei assuntos relacionados a duas instituições deste País que consideramos da mais alta importância e do mais alto significado, principalmente nesse momento em que o Brasil, a sociedade, o Congresso Nacional, comissões de inquérito trabalham e se debruçam sobre temas que têm pautado toda a imprensa nacional e a expectativa da sociedade brasileira, no que se refere à fiscalização, sonegação, privilégios, desvios de recursos públicos e enriquecimento ilícito. Esses temas têm estado na pauta porque comissões de inquérito do Senado os provocaram. Estamos hoje dando visibilidade e maior transparência a dois órgãos importantíssimos: Banco Central e Receita Federal.

Então, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, manifesto a minha preocupação em relação a medidas recentemente adotadas pelo Governo Federal que me causam estranheza e preocupação e quero compartilhar e pedir o apoio desta Casa, do Presidente, dos Líderes e de todas as Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, para que possamos resgatar, no mínimo, uma discussão mais ampla.

No último dia 27 de julho, o Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, apresentou, no Conselho Monetário Nacional, proposta para alterar a estruturação da instituição Banco Central em nível nacional.

A medida foi homologada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio do voto 084, datado de 27-7-99, e extingue as Delegacias Regionais do Banco Central, que passam a funcionar como escritórios diretamente ligados aos departamentos centrais em Brasília.

A razão dessa medida, segundo o Governo, seria reduzir despesas, em decorrência de cortes orçamentários, o que não nos parece razoável, em se tratando de área tão importante e estratégica.

As unidades de Belém, Fortaleza e Salvador, Sr. Presidente, serão atingidas, com redução de serviços que prestam à comunidade, o mesmo ocorrendo, inclusive, com a Delegacia de Curitiba, por exemplo, que deixará de funcionar nas condições atuais. O mais grave desse processo é que ele atingirá especialmente a fiscalização. Ora, a fiscalização passará a ser concentrada basicamente em São Paulo, em prejuízo da atuação em outros Estados, como o Rio de Janeiro.

De acordo com o documento "Reorganização das Estruturas Descentralizadas. Estrutura Organizacional", de autoria da Diretoria do Banco Central, existirão fiscais apenas em Belo Horizonte, Porto Alegre e

São Paulo. Com isso, analisamos e avaliamos, com a participação inclusive dos próprios funcionários do Banco Central, que estará aberto o caminho para o aumento para todos os tipos de crime que estamos denunciando contra a economia nacional, pois que eles estão surgindo, cada vez mais e de forma mais evidente e clara. Cito como exemplo desses tipos de crime a lavagem de dinheiro, que estamos tentando investigar e barrar neste País, e ainda não conseguimos.

Por outro lado, considero que a medida a ser adotada pela Diretoria do Banco Central, sob a alegação de que é melhor atender à sociedade e às diretrizes do Governo Federal, que otimizará a utilização de recursos e promoverá maior equilíbrio entre o volume de trabalho e a quantidade de servidores em cada localidade, é, no mínimo, inoportuna. Ela, de certa forma, atropela os trabalhos que a CPI do Sistema Financeiro está realizando. A partir do que estamos evidenciando, do que estamos comprovando – inclusive na CPI do Judiciário, onde também verificamos desmandos com o dinheiro público –, poderíamos desembocar na construção participativa de decisões: Congresso Nacional, Governo Federal, sociedade, funcionários públicos, aí, sim, seria democrática a decisão.

Assim, o que observamos? A medida que o Banco Central pretende adotar caminha de forma grotesca em relação ao trabalho que a CPI está realizando. O que se verificou até agora é que a fiscalização do Banco Central tem sido falha – comprovamos isso dentro da CPI do Sistema Financeiro, na qual estamos trabalhando – por sua insuficiência operacional e não por culpa de seus funcionários. Observem que temos valorizado, prestigiado e qualificado os funcionários do Banco Central, os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Receita Federal. Temos continuamente destacado o trabalho qualificado desses servidores que engrandece e dignifica o serviço público do País. No entanto, esvaziar a fiscalização não nos parece o mais correto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quero pedir desculpas a V. Ex^a por ter que me ausentar, porque chegou à Casa o Ministro da Justiça e terei que recebê-lo. Mas o Presidente Osmar Dias vai me substituir.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Agradeço, Presidente, e cumprimento o Ministro, também. Mas faço um apelo, desta tribuna, para que V. Ex^a também interceda junto ao Governo em relação ao Banco Central e à Receita Federal.

Há mais um dado: os técnicos da Receita Federal foram incluídos no PDV, matéria publicada numa medida provisória há cinco ou seis dias. Como vamos fiscalizar este País se os nossos técnicos da Receita Federal deverão ser demitidos, licenciados, ou terão reduzidos os seus salários e a sua carga horária?

Então, é um apelo que faço, Sr. Presidente, com a atenção que V. Ex^a me distingue. Agradeço a sua cordialidade, mas peço o seu empenho para que nos ajude a interceder nesses dois assuntos.

O problema de fiscalização do Banco Central não ocorre por culpa dos funcionários, ocorre pela própria forma de operacionalizar, que não se dá com a qualidade que gostaríamos que tivesse. Assim foi – vimos e comprovamos – nos casos dos Bancos Marka e FonteCindam, localizados no Rio de Janeiro. Lá não haverá mais fiscal do Banco Central. Se com fiscal, aconteceu, imaginem agora sem a presença do fiscal! Com relação às contas CC5, que é essa transferência de recursos para o exterior, denúncia terrível que foi feita inclusive pelo Procurador de Cascavel, no Paraná.

Alás, dois Estados nos quais a Diretoria do Banco Central, depois de tudo que se viu na CPI dos Bancos, passou a defender que não tenha fiscalização.

A decisão do Banco Central, portanto, é no mínimo estranha, pois, além de desconhecer os fatos apurados pela CPI e as presumíveis recomendações de seu relatório final – que, tenho certeza, será qualificado pelo trabalho que está sendo realizado por todos os Srs. Senadores, em especial pelo Relator –, acelera um processo de desmonte incompreensível, que não passou pelo debate democrático da sociedade, dos funcionários e do Congresso Nacional. Por isso, não podemos aceitá-lo como verdade inconteste para se melhorar as atividades do Banco Central, como uma decisão imposta pela Direção do Banco Central com aquiescência do Conselho Monetário Nacional. E vejam que, no voto, ainda colocam que "propondo delegar competência ao Banco Central, para doravante definir sua estrutura organizacional". Portanto, parece-me que, a partir de agora, eles teriam autonomia total para mudar sua estrutura, sem que houvesse uma participação de outros órgãos governamentais.

Além desta medida, ainda pesa sobre os funcionários do Banco Central a ameaça do PDV, Programa de Demissão Voluntária, que atinge outros setores do

Executivo, como a Receita Federal, sobre o que falaremos ainda durante essa nossa exposição.

Essa medida, tomada pela direção do Banco Central, está bem colocada pelo jornalista Marcelo Tognozzi, em sua coluna do jornal *O Dia*, de 04-899: "Os tubarões do mercado financeiro estão comemorando com champagne a decisão do Banco Central de enxugar a fiscalização".

Recentemente, esta Casa aprovou a decisão de alterar a Constituição, no seu artigo 192, que trata do sistema financeiro nacional. Esta matéria, aprovada pelo Senado, tramita na Câmara dos Deputados. Com essa decisão, o Banco Central, no mínimo, atropela a CPI e o andamento da matéria naquela Casa, uma vez que o novo artigo ainda não foi votado pelo Srs. Deputados.

Faço esse registro, Sr. Presidente, por entender que esta Casa seria o espaço próprio para o debate democrático, na busca do aperfeiçoamento das atividades desempenhadas pelo Banco Central, que se travaria entre autoridades, funcionários, sociedade e os parlamentares que representam o povo, em especial o Senado que representa os Estados brasileiros. Cada Senador conhece a realidade de seu Estado em relação à urgência, à necessidade de uma maior fiscalização em função das atividades exercidas pelo Banco Central.

A proposta de extinguir a fiscalização e reduzir a presença do Banco Central em diversas regiões é uma medida de alta gravidade, com repercussões até mesmo de segurança nacional. Temos que ampliar e garantir que cada vez mais se trate o dinheiro, seja do exterior ou não, seja privado ou público, com a maior transparência e a maior seriedade. Nada melhor que um banco central forte e capaz de perceber, acompanhar e fiscalizar todas as atividades.

Sou membro, embora suplente, da CPI dos Bancos e tenho participado ativamente. Creio que a Comissão não pode calar-se diante desse tipo de medida; pois a sua adoção, na forma como está sendo feita, é um total desrespeito ao trabalho que vem sendo desenvolvido. Levarei o assunto à discussão da Comissão – e aqui está presente o nosso Senador Lúcio Alcântara, que é o Vice-Presidente da Comissão que investiga o sistema financeiro. Deveríamos discutir a importância da presença do Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, no Senado, em especial na nossa Comissão, para que possamos debater um pouco mais sobre essas medidas que não se sustentam, sob hipótese alguma, no argumento pura-

mente orçamentário. Isso seria um retrocesso, seria um atraso que estaríamos impondo ao nosso País.

O outro assunto, Sr. Presidente, é o que se refere à Receita Federal, mais especificamente aos técnicos da Receita Federal. O mais grave é que, apesar desses argumentos dos cortes orçamentários, o Governo em vez de ampliar e reforçar a fiscalização para combater a sonegação, para combater a corrupção, trata de piorar a situação, inclusive em outras áreas vitais, para assegurar recursos para o caixa do Governo Federal, o que, estamos vendo, é totalmente incompreensível.

É o que está ocorrendo com a fiscalização da Receita Federal. Os técnicos estão sendo incluídos em um Programa de Demissão Voluntária, estão também na mira do enxugamento irresponsável proposto pelo Governo Federal.

Então queremos salientar a importância que a Receita Federal tem nessa conjuntura, na consecução dos objetivos sociais de qualquer Governo que se preze, inclusive porque por meio deles, a partir do trabalho qualificado da Receita e de outros órgãos, é que vai se dar a provisão de recursos financeiros ao próprio Governo.

Por isso, não apenas a função tem de ser enquadrada como carreira de Estado, como os quadros devem ser valorizados, ampliados e bem pagos para que as pessoas possam, com competência e psicologicamente tranquilos, exercer as suas atribuições como fiscais, como aqueles que estão ali, junto com a sociedade, cuidando do bem que é de todos, porque é o que devem repassar ao Governo por intermédio de impostos, recolhimentos enfim.

Assim, as atividades de fiscalização e arrecadação de tributos federais precisam ser constantemente ajustadas à complexidade da moderna economia globalizada e, neste aspecto, o estímulo ao elemento humano sempre trouxe resultados.

Segundo o próprio Secretário da Receita Federal, Sr. Everardo Maciel, que afirmou: "O funcionário fiscal não é profissional autônomo, não exerce o poder em razão dele próprio, mas em nome do Estado brasileiro. Portanto, obviamente, é uma função exclusiva do Estado".

Ainda, segundo o Secretário da Receita Federal, falando na condição de Presidente do Centro Internacional de Administrações Tributárias, os quadros da Fiscalização da Receita Federal brasileira é um dos menores do mundo para enfrentar essas questões.

Reforçando esse aspecto, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.915/99, reestruturando a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, satisfazendo em parte os anseios dos Auditores Fiscais e Técnicos. Por essa medida, a carreira passou a denominar-se Auditoria da Receita Federal, composta pelos Técnicos e Auditores Fiscais da Receita Federal.

Recentemente, ratificando a importância e fundamentalidade do corpo funcional do órgão, o substitutivo do relator do PLC nº 248/98 incluiu o técnico da Receita Federal entre as carreiras que exercem atividades exclusivas de Estado.

No entanto, causou-nos estranheza e receio o fato de o técnico da Receita Federal, na Medida Provisória nº 1.917, de 1999 – editada no dia 29 de julho último e publicada no **Diário Oficial** do dia 30 de citado mês – estar incluso entre as categorias atingidas pelo Programa de Desligamento Voluntário, os técnicos da Receita Federal.

Ora, vejam, Srs. Senadores, no momento econômico em que vivemos, temos ciência da dificuldade de aumentar a Receita da União, e, sem explicação lógica, o Governo Federal põe em risco cerca de 7 mil técnicos da própria Receita Federal, causando evidentemente, com isso, profunda inquietação à categoria, que poderá ser atingida ou pelo PDV ou pelas outras iniciativas constantes da Medida Provisória, como disponibilidade, licença sem remuneração, redução de jornada de trabalho, com redução de salário, fragilizando a citada categoria.

Acredito até que houve um equívoco por parte do Governo, porque, em dado momento, confere o valor que a categoria merece, e agora a insere no Programa de Demissão Voluntária.

Faço este registro, apelando ao Governo Federal, por meio dos órgãos competentes, no sentido de que, ao reeditar essa Medida, proceda à devida modificação. Em face dessa situação, voltaram a usar o termo "auditores". Ou seja, os técnicos ficaram desabrigados. Então, é a Auditoria da Receita Federal que inclui técnicos e auditores. Esse é o correto.

Diante de tudo que foi relatado, entendemos que é importante, inclusive, que o Governo demonstre sensibilidade na discussão e no encaminhamento desse assunto. O Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal deseja o diálogo com o Governo e está solicitando audiência com o Ministro do Orçamento e Gestão para discutir o assunto. Assim, a questão seria resolvida com a participação daqueles

que conhecem a situação e estão, dia a dia, cumprindo a sua missão.

Esses profissionais têm atuação comprovada e significativa em áreas de ponta na Secretaria da Receita Federal e participam ativamente do trabalho de fiscalização dos portos, aeroportos, pontos de fronteira alfandegados, dos serviços relativos aos tributos internos e das atividades de arrecadação, fiscalização e tributação.

Então, nada mais justo do que virmos aqui chamar a atenção do Congresso Nacional para o assunto e pedir ao Governo que seja sensível a essas duas questões que estão postas.

Concluo, dizendo, mais uma vez, que estranhemos fatos como esses, que parecem apontar para a total fragilização do sistema de fiscalização e controle dos recursos públicos.

Era o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a permissão do eminente colega Senador Lúcio Alcântara, que está inscrito, gostaria de dizer que eu não me encontrava aqui quando o Senador Tião Viana prestou homenagem ao cientista Carlos Chagas e, por isso, não pude apartear-lo. Esta é a razão de haver pedido a palavra: associar-me a essa justa homenagem. Peço a V. Ex^a que faça constar da Ata dos trabalhos que também houve associação de minha parte.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

Por permuta com o Senador Amir Lando, concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) (Prouncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ouvi atenta-

mente o discurso da Senadora Emília Fernandes. As explicações sobre esse processo de reorganização do Banco Central não são esclarecedoras na medida em que há centralização da fiscalização nas regiões onde há mais matrizes de instituições financeiras, mas essas fraudes ocorrem nas agências; elas não ocorrem no ar.

Estive com o Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, e pedi-lhe que reavaliasse a decisão. Mesmo que o Presidente do Banco Central tenha toda a razão, gostaria de lembrar que está em curso a CPI do Sistema Financeiro, em que uma série de aspectos estão sendo avaliados. Penso que seria oportuno adiar um pouco essa decisão. No entanto, até agora, apesar das manifestações que ouvimos aqui no Congresso, o Banco Central ainda não se dispôs a reexaminar esse problema.

Deixando de lado a questão dos funcionários, que certamente serão submetidos a um processo desgastante de transferência e enfrentarão problemas pessoais e familiares, o que me preocupa é saber que as antigas delegacias do Banco Central vão ficar com poucas atividades. Conseqüentemente, não temos segurança de que serão capazes de cumprir com suas finalidades. Invoco aqui dois depoimentos feitos na CPI do Sistema Financeira: o do Dr. Cláudio Mauch e o da Dr^a Tereza. Eles disseram que o Banco Central não tem pessoal suficiente e que são necessários cinco anos para formar um fiscal competente e conhecedor do assunto. Então, a partir daí, vemos que possivelmente o problema do Banco Central está na falta de condições para que ele possa trabalhar.

Estamos assistindo a um processo de privatização, ou seja, o Estado está-se desfazendo de suas empresas, e temos de entender também que o Estado precisa estar cada vez mais presente em determinadas atividades. Um exemplo é o Banco Central. Assim, o Estado tem de investir, dar condições, recursos e meios para que o Banco Central possa realmente ser o guardião da moeda.

Espero que haja reconsideração, para que se encontre um caminho mais razoável, mais justo, pelo menos a nosso juízo. Eu não conheço o estudo que levou a direção do Banco Central a fazer esse voto. Como está em curso a CPI do Sistema Financeiro, o mais razoável seria esperar suas conclusões.

Sr. Presidente, hoje, eu gostaria de falar do assunto que está na ordem do dia: o combate à pobreza. A Comissão Mista, que foi criada, deve ser instalada nos próximos dias. Alguns Líderes já fizeram suas

indicações. Desejamos que ela seja um foro de discussão desse problema, que não é simples, nem é assunto para ser resolvido com voluntarismos. A vontade política para isso é importante, necessária e indispensável, mas é evidente que há necessidade de articular todo um programa de combate à pobreza que se baseie na continuidade – quer dizer, um programa que deve ser realizado em determinado período -, que tenha recursos e que esses recursos cheguem, de fato, à população mais pobre. Ao mesmo tempo, devemos perseguir permanentemente a meta do crescimento e do desenvolvimento.

O Governo Federal tem programas de combate à pobreza. A reforma agrária, a previdência do idoso, a previdência do trabalhador rural, a previdência do deficiente físico, o programa de bolsa-escola, tudo isso mostra a ação do Governo Federal, que conta com o Programa Comunidade Solidária para atender àquelas populações marginalizadas, que estão realmente vivendo numa situação de pobreza absoluta ou de miséria. É preciso analisar a situação para saber se essas medidas estão surtindo efeito, isto é, se estamos conseguindo reduzir numa velocidade razoável a pobreza no País.

O Brasil nunca será um país justo se não conseguir realmente promover as pessoas que estão abaixo da linha de pobreza.

O Brasil está entre as dez maiores economias do mundo, mas é o penúltimo na lista na distribuição de renda. É um país extremamente injusto. Falou-se muitas vezes em deixar o bolo crescer para dividi-lo depois. O bolo cresceu durante alguns anos, porém essa divisão foi pequena. Agora o bolo não está mais crescendo, porque o Brasil está sem crescimento econômico e sem desenvolvimento. O grande desafio que o Presidente Fernando Henrique tem pela frente é realmente o de retomar o processo de desenvolvimento.

O Ministro Fernando Bezerra, no seu discurso de posse, disse que não há apenas a desigualdade entre o norte e o sul ou entre o nordeste e o sudeste; há também bolsões de pobreza mesmo nas regiões mais ricas, onde parte da população vive em condições extremamente desfavoráveis do ponto de vista social e econômico.

Uma série de estudos que agora estão vindo à tona, trazidos pela imprensa, pelos órgãos técnicos e pelos diferentes segmentos da sociedade, agitam essa discussão. O que não pode ocorrer é uma discussão improdutivo. Temos de retirar desse fato elementos para apoiar programas de combate à pobre-

za. A estabilidade da economia e o equilíbrio da moeda não podem constituir a única razão de ser de um governo. A economia só terá sentido se ela se movimentar para produzir o bem-estar das pessoas, observando as qualidades individuais, as oportunidades que as diferentes pessoas têm.

Os jornais publicaram neste fim de semana, por exemplo, uma matéria sobre o que aconteceu na União Soviética a partir do governo Mikhail Gorbachev, quando houve todo aquele processo de fragmentação da União Soviética, em que os padrões sociais e econômicos da população caíram vertiginosamente, até em função do processo produtivo, porque, como era um planejamento dirigido, havia vocações para determinadas repúblicas que produziam apenas um tipo de produto. Ocorre que, quando ruiu a União Soviética, essas repúblicas deixaram de ter economias complementares, e o empobrecimento da população foi muito maior, por exemplo, do que o verificado naqueles países da Europa central, como Polônia, Hungria, Checoslováquia, que, ainda que fossem da chamada “Cortina de Ferro”, tinham, de alguma maneira, uma economia mais autônoma do que aquela da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Enfim, há, em todos os lugares, essa preocupação com o problema da pobreza, com a oportunidade que o Estado deve assegurar para que cada um possa realizar suas potencialidades. Sabemos que, na área da educação, há grandes esforços do Governo Fernando Henrique; na área da saúde, com todas as dificuldades, o que ocorre é que, apesar de tudo isso, temos, ainda, um baixo desempenho na execução das políticas de correção da pobreza.

Sr. Presidente, queria terminar este pronunciamento pedindo a transcrição da matéria veiculada pelo jornal **Correio Braziliense** de sexta-feira última, 6 de agosto, na pág. 3: “Um Grito pela África”. Duas crianças africanas saíram da Guiné no trem de pouso de um boeing da Sabena Airlines rumo a Bruxelas. E esses meninos, apesar de bem agasalhados, não resistiram às baixas temperaturas. Um deles tinha 14 anos; o outro, 15 anos. O fato é que, cinco horas depois de o airbus aterrissar em Bruxelas, foram encontrados os cadáveres dos dois.

Esses meninos escreveram uma carta que pode ser tomada por um libelo contra a insensibilidade dos países ricos, contra a insensibilidade dos grandes economistas, que só se preocupam com a macroeconomia, a qual, apesar de necessária, importante, muitas vezes, é algo extremamente distante do povo.

Nós todos conhecemos as palavras do ex-Presidente Médici, quando, na Presidência da República, disse que "o País vai bem, e o povo vai mal". Essa afirmação era um retrato de que o "milagre da economia" não conseguia atingir as pessoas mais pobres, aqueles que realmente precisavam de uma indução do Governo para se desenvolverem, para progredirem, para terem melhores condições de vida.

Sr. Presidente, passo a ler a matéria cuja transcrição desde já requeiro a V. Ex^a.

Os garotos guineanos, mortos no trem de pouso do avião, carregavam, no momento em que morreram" – e foi encontrada a mesma na mão de um dos cadáveres –, "uma carta escrita por eles em francês:

"Excelências, senhores membros e responsáveis da Europa, temos o honroso prazer e a grande confiança de lhes escrever esta carta para contar-lhes do objetivo da nossa viagem e do sofrimento que crianças e jovens padecem na África.

Mas, antes de tudo, apresentamos nossos cumprimentos mais deliciosos, adoráveis e respeitáveis com a vida. Com este fim, esperamos que sejam os senhores nosso apoio e nossa ajuda. Para nós, na África, os senhores são as pessoas a quem temos que pedir socorro. Suplicamos, pelo amor de seu Continente, pelo sentimento que os senhores têm por nosso povo e, principalmente, pela afinidade e amor que os senhores têm por seus filhos, a quem amam para toda a vida. E também, pelo amor e a timidez de seu Criador, Deus Todo-Poderoso, que lhes deu todas as boas experiências, riquezas e poderes para construir e organizar bem seu Continente para ser o mais belo e admirável de todos.

Senhores membros e responsáveis da Europa, é à sua solidariedade e à sua bondade que gritamos pelo socorro para a África. Ajudem-nos, sofremos bastante na África; temos problemas e carência no plano dos direitos da infância.

Entre os problemas, temos guerras, doenças, falta de alimentos. Em relação aos direitos da infância, na África e, principalmente, na Guiné, temos muitas escolas, mas uma carência enorme de educação e ensino: me-

nos nos colégios privados, onde se pode ter boa educação e bom ensino, mas é necessário que, para ingressar em um deles, tenha-se muito dinheiro. Mas nossos pais são pobres e necessitam nos alimentar. Além disso, também não temos centros esportivos onde possamos praticar futebol, basquete ou tênis.

Por isso, nós, as crianças e jovens africanos, pedimo-lhes que façam uma grande organização eficaz para a África, para que possamos progredir.

Portanto, se os senhores vêem que nos sacrificamos e expusemos nossas vidas, é porque o sofrimento é enorme na África. No entanto, queremos estudar e lhes pedimos que nos ajudem a estudar para sermos como os senhores na África.

Enfim, suplicamo-lhes muito, muito fortemente, que nos desculpem o atrevimento de escrever esta carta aos senhores, aos grandes personagens a quem devemos muito respeito. E não esqueçam que é aos senhores que devemos nos queixar da debilidade de nossa força na África.

Escrito por dois garotos guineanos:
Yaguine Kita e Fodé Tounkara.

A carta ecoou como um libelo na Bélgica, a ponto de o governo belga enviá-la para discussão no âmbito da União Européia, tendo em conta a insensibilidade e o distanciamento dessa realidade; realidade esta que, pela força de sua existência e pela amplitude que tem, chega realmente às portas dos chamados países ricos, forçando que seja vista e que se busque uma solução. A carta possui justamente essa importância: ela é um grito; um pedido de socorro.

Por isso, Sr. Presidente, fiz questão de, ao tratar do tema da pobreza, lê-la e pedir que seja registrada em nossos Anais como documento de grande significado humano, que deve contribuir para tornar mais sensíveis todos aqueles que têm algum poder nas mãos e que são responsáveis pelos destinos dos países e da própria Humanidade.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**

REFUGIADOS AFRICANOS CONGELADOS EM AVIÃO DEIXAM CARTA QUE COMOVE EUROPEUS

Walter Oppenheimer
Especialista de Madri

Bruelas — Eles se chamavam Yaguine Koita e Fodé Toukara. Tinham, respectivamente, 14 e 15 anos. Eram estudantes da República da Guiné, conhecida como Guiné-Conacri. Morreram congelados no trem de pouso de um avião que os levava, clandestinos, à rica e educada Europa.

Mas são muito mais do que dois vagabundos que morrem na vã tentativa de abandonar a pobreza. São autores de uma carta de sensibilidade e clareza admiráveis, uma autêntica bofetada nos intolerantes. Um deles a segurava entre as mãos e o coração quando seu corpo foi descoberto, segunda-feira, no aeroporto de Bruxelas.

Podia ter sido apenas mais um caso, outra historinha de desgraça e pobreza, outros dois mortos na longa lista de africanos que morrem tentando chegar à Europa, mas acabou sendo uma pancada na consciência dos europeus. Na terça-feira, a notícia apenas ocupou um pequeno espaço na imprensa belga. Mas agora a carta abriu as primeiras páginas dos jornais. O governo belga anunciou que fará a carta chegar ao Conselho dos Ministros da União Europeia (UE).

Yaguine e Fodé decidiram voar para a Europa com a intenção de pedir ajuda para a África. Cometeram o erro fatal de se esconder no trem de pouso de um Airbus A330-300 da companhia belga Sabena, que cobre a rota Bamako (Mali) — Conacri (Guiné) — Bruxelas (Bélgica). Apesar de muito agasalhados, não puderam resistir às baixíssimas temperaturas (entre 40 e 55 graus abaixo de

zero) a 10 mil metros de altura. Morreram congelados.

O Airbus aterrissou em Bruxelas às 5h45 da madrugada de segunda-feira. Cinco horas depois, seus cadáveres foram descobertos por um funcionário que ia encher os tanques de combustível. Os corpos serão repatriados para a Guiné na conta do Tesouro belga.

**"FOI O ÚLTIMO RECURSO QUE
ESSES JOVENS PUDEAM
ENCONTRAR PARA CHAMAR A
ATENÇÃO DA EGOÍSTA EUROPA"**

Movimento contra o Racismo e a Xenofobia

A companhia Sabena anunciou que a partir de agora revisará todos os trens de pouso um pouco antes do embarque, para impedir que aconteça outra tragédia semelhante. Até agora, o trem de pouso só era controlado em caso de anomalia. "Decidimos fazer um controle sistemático", declarou um porta-voz da companhia aérea.

Mas não é uma mera questão técnica. A carta que um dos jovens tinha em mãos era um testamento em que ambos, talvez intuindo os riscos de sua aventura, explicavam os motivos de sua grande viagem: pedir ajuda para os jovens da África. Pedir ajuda à Europa, "o mais belo e admirável" continente do mundo.

"Excelências, senhores membros e responsáveis da Europa", começa a carta, de uma sensibilidade e cortesia admiráveis. Um carta cheia de beleza e carente de reprovações à Europa. Uma

carta em que os dois jovens gritam por auxílio, e explicam que se eles decidiram arriscar a vida foi pelo sofrimento e a pobreza de seu continente, e porque necessitam da Europa para acabar com a guerra na África.

O sacrifício de Yaguine e Fodé talvez não tenha sido em vão. O ministro das Relações Exteriores e número dois do governo belga,

Louis Michel, comprometeu-se a transferir a missão para seus colegas do Conselho de Ministros comunitário, as "excelências, senhores membros e responsáveis da Europa", como pede a carta. "Não podemos deixar sem resposta

este grito a favor de uma vida melhor", declarou Michel, comovido pela aventura fatal.

Para o Partido Ecológico, que faz parte da coalizão do governo belga, a tragédia reflete a necessidade de modificar o estatuto dos imigrantes, e também de idealizar soluções na origem de um problema que obriga as pessoas "a perder suas raízes" para buscar um futuro melhor. Os ecologistas anunciaram que pedirão um estatuto específico para as crianças refugiadas.

"Será que a Europa finalmente compreenderá que a única urgência é ajudar o desenvolvimento?", pergunta o Centro Nacional para a Cooperação da Bélgica. "Este grito de desespero foi o último recurso que puderam encontrar esses dois jovens desesperados para chamar a atenção da egoísta Europa", denuncia o Movimento contra o Racismo e a Xenofobia.

"Ajudem-nos, sofremos bastante"

Os garotos guineanos mortos no trem de pouso do avião carregavam, no momento em que morreram, uma carta escrita por eles em francês:

"Excelências, senhores membros e responsáveis da Europa,

Temos o honroso prazer e a grande confiança de lhes escrever esta carta para contar-lhes do objetivo de nossa viagem e do sofrimento que crianças e jovens padecem na África.

Mas, antes de tudo, apresentamos nossos cumprimentos mais deliciosos, adoráveis e respeitosos com a vida. Com este fim, esperamos que sejam os senhores nosso apoio e nossa ajuda. Para nós, na África, os senhores são as pessoas a quem temos de pedir socorro. Suplicamos, pelo amor de seu continente, pelo sentimento que os senhores têm por nosso povo e, principalmente, pela afinidade e amor que os senhores têm por seus filhos, a quem amam para toda a vida. E também, pelo amor e a timidez de seu criador, Deus Todo-Poderoso, que lhes deu todas as boas experiências, riquezas e poderes para construir e organizar bem seu continente para ser o mais belo e admirável de todos.

Senhores membros e responsáveis da Europa, é de sua solidariedade e de sua bondade que gritamos pelo socorro para a África. Ajudem-nos, sofremos bastante na África, temos problemas e carências no plano dos direitos da Infância.

Entre os problemas, temos guerras, doenças, falta de alimentos. Em relação aos direitos da infância, na África, e principalmente na Guiné, temos muitas escolas, mas uma carência enorme de educação e ensino: menos nos colégios privados, onde se pode ter boa educação e bom ensino, mas é necessário que, para ingressar em um deles, se tenha muito dinheiro. Mas nossos pais são pobres e necessitam nos alimentar. Além disso, também não temos centros esportivos onde possamos praticar futebol, basquete ou tênis.

Por isso, nós, as crianças e jovens africanos, pedimo-lhes que façam uma grande organização eficaz para a África, para que possamos progredir.

Portanto, se os senhores vêem que nos sacrificamos e expusemos nossas vidas, é porque o sofrimento é enorme na África. No entanto, queremos estudar e lhes pedimos que nos ajudem a estudar para sermos como os senhores na África.

Enfim, suplicamo-lhes muito, muito fortemente, que nos desculpem o atrevimento de escrever essa carta aos senhores, aos grandes personagens a quem devemos muito respeito. E não esqueçam que é aos senhores que devemos nos queixar da debilidade de nossa força na África."

Escrito por dois garotos guineanos:
Yaguine Koita e Fodé Toukara

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Osmar Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Mestrinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Blairo Maggi. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. BLAIRO MAGGI (S/Partido – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao ser empossado Senador, manifestei o meu compromisso com a defesa das Regiões Norte e Centro-Oeste e a minha disposição de somar forças com aqueles que lutam pela diminuição dos desequilíbrios regionais em nosso País. Por isso, gostaria hoje de abordar um tema da mais alta importância para aquelas regiões: os Fundos Constitucionais.

De 1989 a 1998, os três Fundos Constitucionais, conhecidos como FNO, FNE e FCO, receberam cerca de R\$14 bilhões em repasses da União. Em 1999, deve receber mais cerca de R\$1,5 bilhão. São montantes expressivos e poderiam contribuir em muito para o desenvolvimento daquelas regiões e do País, se fossem aplicados convenientemente.

Entretanto, as análises sobre o desempenho desses fundos demonstram que eles não têm apresentado resultados de relevância para o desenvolvimento daquelas regiões. As análises mostram equívocos e distorções na administração e na aplicação dos recursos desses fundos constitucionais.

Sr. Presidente, tenho acompanhado a tentativa para aprimorar a legislação dos Fundos Constitucionais. O Governo Federal editou, em dezembro de 1998, uma medida provisória específica, a qual está agora em sua décima reedição, sob o nº 1846-10 e que se encontra ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Após inúmeras rodadas de negociações, ainda não foi possível se chegar a um acordo com o Governo Federal para que a legislação pudesse ser ajustada para atender às necessidades dos seus beneficiários e das regiões a que se destinam.

O primeiro impasse nas negociações está na fixação dos encargos dos financiamentos. As novas condições definidas na medida provisória são mais desfavoráveis ainda que as anteriores, pois não per-

mitem nenhum redutor sobre os encargos básicos e elevam os encargos adicionais de 6% para 8% ao ano.

O segundo impasse na negociação está relacionado com os critérios para o alongamento dos prazos de pagamento das dívidas dos fundos constitucionais. Nesse ponto, a posição do Governo Federal tem sido intransigente. Os dados apresentados pela Secretaria de Política Regional demonstram uma inadimplência de 19,2% no FCO, com débitos atrasados que totalizam R\$304 milhões. Isso, por si, já indica que os limites aceitáveis para as operações foram extrapoladas e que o caso merece uma reflexão e uma análise mais aprofundada.

O terceiro impasse está relacionado com um conjunto de ajustes que precisam ser considerados e que devem fazer parte da legislação para aprimorá-la. Assim, as negociações não têm evoluído e vêm paralisando as operações de financiamento.

Enquanto as negociações não se concretizam, muitos mutuários estão vendo suas dívidas se elevarem de maneira assustadora e, não tendo condições de quitar suas prestações, estão sendo ajuizados pelos agentes financeiros.

Entretanto, Sr. Presidente, existem ainda alguns pontos mais gritantes nas regras de administração desses fundos que eu gostaria de abordar.

O primeiro refere-se à disponibilidade de recursos dos fundos. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Políticas Regionais, em 31 de dezembro de 1998, o FCO apresentava uma disponibilidade de R\$185 milhões e o FNO de cerca de R\$500 milhões.

Dáí a pergunta: por que está sobrando dinheiro no FCO e no FNO, no Banco do Brasil e no Banco da Amazônia?

Posso levantar três hipóteses.

A primeira: não há gente interessada em obter financiamentos dos Fundos Constitucionais. Se é válida, é bom lembrar que, em alguns casos, os custos dos financiamentos do FNO e do FCO são mais elevados que os financiamentos oferecidos pelo Bndes. E isso é, no mínimo, uma incoerência.

A segunda hipótese: há gente interessada, mas não consegue atender às exigências impostas. Nesse caso, sou levado a pensar que realmente, em muitos casos, as exigências para concessão dos financiamentos e as condições oferecidas não atendem às necessidades dos interessados. Ainda recentemente, empresários do Sul do País manifestaram disposição de investir em Mato Grosso, mas não chegaram a viabilizar esses investimentos, pois concluíram que

não eram vantajosas as condições de financiamento oferecidas pelo FCO.

A terceira hipótese: não há interesse dos bancos em aplicar os recursos dos fundos. Sobre essa hipótese, quero alertar a respeito de um aspecto, para o qual solicito a atenção de todos. A legislação em vigor possibilita aos bancos administradores e operadores manterem recursos dos fundos em seu poder, remunerando-se pela TJLP. Portanto, com taxa bem inferior à de outras fontes de captação no mercado.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BLAIRO MAGGI (Sem Partido – MT) – Pois não, nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Blairo Maggi, eu gostaria de parabenizá-lo pelo assunto abordado, porque ele é de importância vital para as regiões que não estão de frente para o mar. Refiro-me à parte da Região Norte e todo o Centro-Oeste. V. Ex^a fala daquilo que, seguramente, seria um grande vetor de desenvolvimento das nossas regiões e que nos colocaria em condição admirável, já que dispomos de elementos fundamentais para o desenvolvimento – povo trabalhador, grande potencial de desenvolvimento e disponibilidade de recursos naturais. Lamentavelmente, sem o crédito, não há possibilidade de geração de riqueza e não podemos avançar muito. A Região Amazônica passa pela mesma situação de angústia por que passam a Região Centro-Oeste e outras do Brasil. Quanto ao Fno, nossa disponibilidade chega a 600 milhões. Lamentavelmente, o Estado do Acre disponibiliza 60 milhões, mas as exigências, os detalhes técnicos operacionais inviabilizam totalmente a chegada do crédito ao produtor. Em que pese o esforço enorme da Presidente do Basa, Dr.^a Flora Valadares, em que pese a sensibilidade dos gestores do Basa estadual, o crédito existe mas não chega à ponta pela burocracia, pelos entraves impostos ao longo da história do desenvolvimento das nossas regiões. O resultado é que bancadas que não estão comprometidas com o desenvolvimento das nossas regiões defendem a privatização, porque os bancos de desenvolvimento da região gastam mais na manutenção do que na liberação de crédito. Há aí uma ameaça clara para o desenvolvimento. Apelo às autoridades do Brasil para que ouçam o pronunciamento de V. Ex^a e entendam que é fundamental acreditar na população da Amazônia e do Centro-Oeste, para que possamos gerar a tão sonhada riqueza. Para isso, basta que a burocracia

não seja um entrave. Se há a conquista do Governo Federal em disponibilizar o crédito, se há a determinação daquele povo trabalhador de usar o crédito para levar adiante seu esforço de contribuir com o desenvolvimento social e econômico da região, por que o crédito não chega à ponta? Espero que o entrave e a burocracia não sejam o empecilho que tem levado às desigualdades, às discriminações e ao sofrimento humano nas nossas regiões. Parabéns e muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Sem Partido – MT) – Agradeço sua importante intervenção, Senador Tião Viana.

Os esforços feitos pelos bancos para emprestar dinheiro não são muito verdadeiros. V. Ex^a disse que, provavelmente, o Basa tenha no Fno R\$600 milhões. Meus levantamentos demonstram que são R\$500 milhões – são números bastante próximos. Isso mostra que a vontade de emprestar o dinheiro nem sempre é verdadeira, uma vez que remuneram esses recursos ao fundo na TJLP, enquanto podem aplicar esses recursos nos outros fundos, ganhando muito dinheiro. O FNO, por exemplo, traz ao caixa do Basa algo em torno de R\$90 milhões de superávit.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex.^a um novo aparte?

O SR. BLAIRO MAGGI (S/Partido – MT) – Com muito prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Blairo Maggi, se se adotar esse caminho, haverá privatização. Digo isso porque, ou se encontra uma forma de o crédito chegar à ponta, ou a situação redundará em privatização, o que talvez seja muito ruim para nossas regiões.

O SR. BLAIRO MAGGI (S/Partido – MT) – Sem dúvida alguma. Não acredito no desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste, com bancos privatizados. Pelo contrário, a ação do Governo deve ser cada dia mais presente nessas regiões.

Uma das alternativas que temos é que o FNO e o FCO sejam colocados à disposição dos agricultores, dos industriais e dos comerciantes dessas regiões, por meio de cooperativas de créditos, que, certamente, desburocratizariam, e muito, a concessão desses créditos. Assim, as cooperativas que vivem no dia-a-dia dos seus municípios e que conhecem profundamente a sua economia poderiam emprestar com muito menos burocracia e, com muito mais segurança para receber de volta esses recursos.

Agradeço sua intervenção, que traz uma imensa colaboração ao meu discurso.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, analisemos essa hipótese com cifras. Se, em 1998, o Banco do Brasil manteve em caixa os recursos do FCO não desembolsados, teve que arcar com custos da ordem de R\$22 milhões. Todavia, se os aplicou no mercado, pode ter obtido ganho em torno de R\$30 milhões. No caso do Basa, o ganho poderia ter atingido cerca de R\$90 milhões. Como parece ser pouco provável que esses bancos tenham mantido os recursos dos fundos em caixa, sem aplicá-los e, portanto, levando prejuízo, posso supor que esses bancos aplicaram esses recursos e com isso ganharam perto de R\$120 milhões, que é a diferença entre as taxas pagas aos fundos e as que receberam no mercado.

Gostaria, então, de indagar se seria essa uma razão para que os bancos não tivessem interesse em aplicar os recursos; se seria essa uma das razões que pudessem explicar a elevada disponibilidade de recursos do FNO e do FCO em poder do Banco do Brasil e do Basa.

Se esses procedimentos ocorrem, antes de tudo, é porque a legislação permite aos bancos adotá-los, o que evidencia uma falha nessa legislação e nos mostra a necessidade de se alterar urgentemente os critérios de remuneração dos recursos dos fundos constitucionais não aplicados.

O segundo ponto se refere à taxa de administração paga pelos fundos aos bancos operadores, que é de 3% ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido do respectivo fundo e apropriada mensalmente. Essa taxa não tem relação com o risco nem com o ressarcimento do custo operacional de cada financiamento, já que esses são cobertos pelo chamado **del credere**, pago pelos mutuários dos financiamentos.

Assim, o BNB, o Basa e o Banco do Brasil receberam, em 1998, cerca de R\$260 milhões.

Sr. Presidente, veja o absurdo: os Fundos Constitucionais pagam mensalmente cerca de 22 milhões para que os bancos administrem os seus recursos e, por incrível que pareça, correspondem ao montante aplicado no mesmo período, em 1998, no Pronaf, para fortalecimento e apoio à agricultura familiar no Brasil e a mais de duas vezes o que o Governo pretende investir, em 1999, na Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Assim, os valores já pagos pelos Fundos, ao longo de sua existência, aos três bancos administradores, já receberam como taxa de administração até o fim de 1998 cerca de 13,3% do patrimônio líquido do Fundo, devendo continuar a receber 3% a mais a cada ano. É uma profunda distorção que precisa ser urgentemente corrigida, sob pena de tornar os ban-

cos administradores os maiores beneficiários dos Fundos Constitucionais.

Há outra importantíssima questão, Sr. Presidente, que gostaria ainda de abordar. Por que também outros bancos, devidamente registrados no Banco Central, não podem ser agentes financeiros dos Fundos Constitucionais? Além dos bancos privados, existem excelentes cooperativas de crédito que poderia prestar esse serviço, talvez com mais eficiência e presteza.

Sr. Presidente, os Fundos Constitucionais precisam ser aperfeiçoados com a máxima urgência. Esses pontos que levantamos como contribuição precisam ser analisados com coragem. Não se pode conviver no Brasil de hoje com instrumentos públicos ineficazes, dissociados da realidade e das necessidades locais, que não cumprem adequadamente a sua finalidade.

É dever lutar para que esses recursos, que são pagos pela sociedade, por aqueles que contribuem com o Imposto de Renda e com o IPI, sejam aplicados com ligeireza e coerência, em prol do desenvolvimento efetivo das regiões mais pobres deste País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Blairo Maggi, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Senadores, ouvi atentamente o pronunciamento do nobre colega, Senador Blairo Maggi. Eu gostaria de ter feito um aparte ao seu discurso, basicamente para me manifestar a respeito de um aspecto que faz referência à aplicação de recursos dos fundos constitucionais pelos seus respectivos agentes financeiros.

Ora, nobres Senadores, nós, que representamos uma região nitidamente carente de investimentos na sua infra-estrutura, quando vemos extensões de uma região que clama por exploração de sua potencialidade e verificamos, ao final do balanço, principalmente na Região Norte, o Banco da Amazônia dizer que sobram R\$320 milhões ou mais sem aplica-

ção, tenho certeza de que isso não é exclusivamente por falta de tomador de empréstimos.

É preciso que a direção, o corpo diretivo do Banco da Amazônia e o Ministro da Fazenda reexaminem os critérios estabelecidos para a concessão de créditos para essa região tão carente de recursos para aproveitar o seu potencial. Não é possível que haja dinheiro e o recurso sobre, sem contar com as condições que precisam também ser revistas nos encargos financeiros. Mas não é possível que sobre dinheiro quando o empresariado daquela região, notadamente o do setor primário, da agricultura, da pecuária, das atividades pesqueiras e florestais quase que totalmente descapitalizados, precisando se modernizar ou ampliar a sua participação nas atividades econômicas do País, e não têm recursos. O fundo constitucional, criado com esse objetivo, não vem cumprido, como deveria, a sua finalidade.

Portanto, nobre Senador Blairo Maggi, eu gostaria de me congratular com V. Ex^a por essa consideração e dizer que precisamos insistir para que o corpo diretivo do Banco da Amazônia e dos bancos que aplicam os fundos constitucionais, os Ministérios aos quais estão vinculados e o novo Ministério do Interior, que também tem essa mesma preocupação, revejam os critérios. É preciso evitar a retenção desses recursos ou a destinação diferente daquela determinada, com muito custo, pelos preceitos constitucionais: o benefício das regiões que precisam urgentemente de aproveitar seu potencial produtivo, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

Sr. Presidente, volto ao assunto que me trouxe à tribuna nesta tarde: a greve dos caminhoneiros ocorrida alguns dias atrás, que nos pregou um susto, sem contar o enorme prejuízo causado aos caminhoneiros, aos empresários e aos usuários dos produtos transportados. Seguramente, esse fato nos trouxe um alerta muito grande. Não é possível que um país como o Brasil, de dimensões continentais, continue privilegiando seu transporte pela modal rodoviária. A rodovia é muito importante, o caminhão idem, mas não é possível que a carga pesada de longa distância ainda seja transportada basicamente pelo transporte rodoviário. É preciso que aproveitemos os potenciais naturais, as riquezas que a natureza tão dadivosa nos deixou, que são nossos rios. É preciso incrementar e implantar urgentemente as nossas hidrovias, aprimorar as existentes e aproveitar os mananciais ainda não explorados. É necessário repensar de forma mais abrangente, ampla, moderna, futurista a possibilidade de aproveitamento das ferrovias do País. É provável que o Brasil seja o único país com dimen-

sões continentais que ainda não se decidiu por utilizar o transporte ferroviário como meio de transporte pesado. E não me refiro apenas ao transporte de cargas, mas ao de pessoas, como utilizado em outros países.

Muitas das reivindicações dos caminhoneiros são justas. Se analisarmos a malha rodoviária, principalmente a federal – algo em torno de 55 mil quilômetros de estrada -, encontramos uma situação quase caótica. Hoje nossas rodovias estão em condição de tráfego se analisadas exclusivamente as pistas de rolamento. Contudo, essas condições não são satisfatórias se considerarmos a sinalização, o acostamento, a área de proteção que existe entre a estrada e a cerca que a separa, o eixo da rodovia. Ocorre, por exemplo, que veículos sejam verdadeiramente atropelados por animais ou outros veículos que adentram a rodovia, sem que o usuário perceba. Quando percebe, já está em cima, num risco muito grande a todos que circulam pelas rodovias federais.

Então, a greve dos caminhoneiros teve o condão de trazer um alerta às autoridades brasileiras, ao Ministério dos Transportes e a esta Casa, para que estabeleçamos conjuntamente um processo de reexame da logística de transporte neste País, sob pena de não conseguirmos alcançar o propósito de vê-lo num processo acelerado de crescimento e desenvolvimento. Além disso, certamente não poderemos combater a pobreza e a miséria sem examinar a logística de transporte do País.

Era o registro que eu gostaria de fazer nesta tarde, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço o uso da palavra pelo horário da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerraram-se ontem os Jogos Pan-Americanos, em que nossos atletas conquistaram o quarto lugar em Winnipeg, levando o Brasil a melhorar sua posição, depois de um sofrido empate com a Argentina. Somente a alma, o esforço de nossos atletas puderam fazer com que merecêssemos essa colocação.

Sr. Presidente, o que nos surpreende é que países como Cuba, por exemplo, ou o Canadá, com populações muito menores que a nossa, e mesmo a Argentina, com suas condições territoriais e climáticas, fazem com que os brasileiros, tão apaixonados pelo esporte como somos, sofram tanto, sem enten-

der o que nos falta para termos definitivamente incentivadas as atividades desportivas.

Tivemos o exemplo daquela nossa atleta que dois dias antes de deixar este País teve sua bicicleta roubada e chorou diante das câmeras de televisão, porque ali tinha ido sua esperança de participar dos jogos. E grande parte dos atletas brasileiros que foram medalha de ouro ainda são garçons, escriturários, ou seja, trabalham o dia inteiro e, com seu esforço pessoal, conseguem dar essa grande alegria ao nosso País.

Então, em primeiro lugar, registro o reconhecimento desta Casa a todos os atletas, mesmo àqueles que não tenham obtido a premiação, a medalha, porque sabemos com que sacrifício um atleta deixa o Brasil para representá-lo nas Olimpíadas ou por exemplo nos Jogos Pan-Americanos.

Quanto ao incentivo ao esporte, Sr. Presidente, estive há alguns dias com o Ministro e, apesar de seus esforços, ele me dizia que receitas vinculadas advindas da loteria estariam em caixa, mas bloqueadas, porque houve contingenciamento do Orçamento. Obviamente, por ser receita vinculada, esse dinheiro não poderá ser utilizado em outra área, mas ainda assim não houve liberação da equipe econômica do Governo. E disse-me o Ministro que seu objetivo era exatamente a construção de milhares de quadras poliesportivas. Tive a oportunidade de tomar conhecimento do projeto e do entusiasmo do Ministro com relação a ele. Estive tratando do assunto com os Ministros responsáveis pela matéria, mas até o momento os recursos não foram liberados.

É preciso que haja uma total transformação, uma mudança de mentalidade, principalmente de nossas autoridades, de nossos responsáveis. Definitivamente, o povo brasileiro não encontra explicações para a falta de apoio ao esporte, tendo em vista as condições do Brasil – o território, o clima, a disposição atlética de nossos desportistas. Todos eles permanecem sem recursos, sem condições, tendo que se submeter às mais difíceis provações a fim de poderem bem representar o País.

Portanto, parabenizo toda a equipe brasileira e, ao mesmo tempo, peço à equipe econômica, ao Ministro, às autoridades que tomem as providências para que, quem sabe, com planejamento e dedicação, o Brasil possa seguir os exemplos da pequena Cuba, colocada numa belíssima posição, com o esforço de seus atletas. Uma ilha, como sabemos, passando por todo esse cerceamento econômico, por dificuldades, mas que investe no esporte e no lazer. E a prova é o resultado por eles obtido.

Portanto, que o empate que nos deu a quarta posição, que esse sofrimento – porque sei que sofre o povo brasileiro, que é desportista, é amante do esporte –, sirva de alerta para nós todos, chamando a atenção das nossas autoridades para que, no próximo Pan-Americano, o Brasil dê mais alegrias à sua população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li recentemente na imprensa que um determinado país estaria impondo restrições ao desejado desenvolvimento do Centro de Lançamento de Alcântara, no meu Estado do Maranhão, numa tentativa de impedir a sua utilização comercial.

Essas restrições ou pressões – naturalmente acionadas por empresas privadas com acesso a núcleos de altas cúpulas oficiais – são ativadas por exclusivo interesse comercial, temendo-se a competitividade que Alcântara por certo representará na divisação dos US\$45 bilhões que, segundo as previsões, movimentarão, até 2007, o importantíssimo mercado de lançamento de satélites.

Qualquer pessoa do povo sabe avaliar, nos nossos dias, a importância dos satélites. Geralmente não se conhece, a não ser nos meios especializados, o mecanismo tecnológico e científico do processo, mas todos sabem que, com os satélites, desapareceram as distâncias para as telecomunicações e novos remédios estão sendo testados, em ambiente espacial adequado, para a cura de doenças. As novidades que ainda surgirão vindas do espaço superam nossa imaginação.

Daf a corrida ao espaço para as observações e as pesquisas, um processo deveras oneroso e que, de um modo geral, está acima da capacidade das nações desprovidas dos imensos recursos exigidos por tais aventuras científicas.

Nos dias atuais, há apenas 14 centros de lançamento de satélites em atividade no mundo – e provavelmente nenhum com a localização geográfica privilegiada de Alcântara, no Maranhão, junto à linha do equador e sem a vizinhança de áreas povoadas em todo o quadrante nordeste. Os atuais centros, inclusive o de Alcântara, mostram-se, contudo, insuficientes e inadequados especialmente para o pico de demanda que se prevê por volta do ano de 2004.

É hora, pois, de o Brasil não perder mais essa oportunidade, entre tantas outras perdas no passa-

do, de oferecer total prioridade ao adequado aparelhamento do Centro de Lançamento de Alcântara. Necessita, para isso, de investir, até o ano 2001, apenas US\$40 milhões – não mais do que US\$40 milhões –, para tornar o Centro de Alcântara em condições de competir nesse mercado de US\$45 bilhões nos próximos sete anos.

Acresce às circunstâncias, Sr. Presidente, o fato de que o Brasil, em compromisso assinado em outubro de 1997, está participando, como convidado, do megaprojeto científico que envolve dezesseis países para a construção e operação da Estação Espacial Internacional (ISS). Pesquisas científicas e tecnológicas da maior importância para a humanidade serão ou já estão sendo levadas a efeito nesse sentido. E o convite ao nosso País, o único em desenvolvimento a engajar-se no projeto, foi um reconhecimento das nossas possibilidades nesse campo de atuação. Temos, pois, qualificação para levar adiante a programação de Alcântara.

Desde 1996, a Infraero está incumbida de manter as negociações que se vêm efetuando com empresas estrangeiras, além de realizar os levantamentos das necessidades de adequação do Centro de Lançamento de Alcântara. Presentemente, parecem promissores os entendimentos com o consórcio italo-ucraniano integrado pelas empresas Fiat Avio, Yuzhnoye e Yuzhny, que se propõe a comercializar, a partir de Alcântara, os serviços de lançamento do foguete Cyclone 4, um novo produto com excelentes perspectivas de sucesso. Efetivado esse negócio – que se diz estar sendo prejudicado por interferências de competidores –, ocorreria a comercialização de pelo menos seis lançamentos por ano, durante quinze anos, a partir de final de 2001.

A atividade comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara configura-se atrativa para o Brasil, com taxa interna de retorno estimada em até 20% ao ano, podendo tornar-se auto-sustentável a partir do quarto ano de operações.

Por outro lado, são evidentes os benefícios indiretos a serem proporcionados pelo desenvolvimento regular de tal Centro. Cresceriam na região os investimentos privados nos setores de turismo, comércio e serviços, a exemplo do que vem ocorrendo em centros já implantados em outros países. Haveria um aumento expressivo do nível de emprego, inclusive de alta qualificação, na renda familiar e na arrecadação tributária.

O Centro de Lançamentos de Alcântara, implantado na década de 80 como um segmento do programa espacial brasileiro, além da vantagens já mencio-

nadas, localiza-se num região de fácil acesso, tanto pelo ar quanto pelo mar. Ocupa área de 620 km² e mantém condições climáticas favoráveis, estações bem definidas de clima e estiagem, temperatura média anual de 26° C e poucos ventos, o que permite a realização de campanhas de lançamento durante o ano com total segurança.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Ouço com atenção a exposição de V. Ex^a sobre um assunto que conheço pouco ou quase nada, mas empolga-me o espírito patriota ver que o Brasil efetivamente é um país de contrastes. Estamos aqui nos envolvendo com o problema da pobreza, procurando encontrar fórmulas que venham diminuir essa brutal concentração de renda e reduzir substancialmente esse mal que aflige tantos brasileiros. No entanto, na outra ponta, o Brasil procura inserir-se no contexto internacional com esse Centro de Alcântara de lançamento de foguetes e satélites, onde existe tecnologia de ponta. Nós, brasileiros, ficamos felizes em saber que em território nacional, no Maranhão, no Nordeste – quase Norte do País –, esse Centro vem desenvolvendo uma atividade segura, séria, colocando o Brasil em uma condição de disputa de mercado, um mercado substantivo, de valores expressivos e com tendências a um crescimento também expressivo em um segmento que interessa a todos. Há pouco tempo, discutíamos aqui a implantação do Sivam como forma de ter um conhecimento mais aprofundado, mais amadurecido de uma região enorme deste País – a Região Amazônica –, e o Centro de Alcântara, com o lançamento de satélites, permitirá estudos muito mais amplos que os relativos ao Sivam. É possível até que o Sivam passe a utilizar parte dos serviços dos satélites lançados por Alcântara. Ficamos, pois, satisfeitos e nos congratulamos com V. Ex^a, que representa do Estado em que esse expressivo centro tecnológico está instalado. Que possamos ver o País inserido nesse processo de alta tecnologia internacional.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Ex^a começa o seu aparte mencionando o projeto que recentemente foi apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães de combate à pobreza.

Aquele projeto visa essencialmente assistir a uma faixa imensa dos nossos irmãos brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, na miséria completa.

O projeto de Alcântara, iniciado no Governo do Presidente José Sarney, combate a pobreza por um outro vetor: o aumento da riqueza. Com ele, estamos nos inserindo definitivamente na tecnologia de ponta, no que há de mais avançado no mundo nos nossos dias.

Nos próximos sete anos, o mundo lançará satélites de comunicação de média altitude que vão demandar um investimento da ordem de US\$45 bilhões. Nenhum centro de lançamento do mundo é tão bom quanto o de Alcântara, no Maranhão, exatamente pela extrema proximidade com o Equador e pelo mar que fica à margem do centro de lançamento.

Incumbe a nós um esforço no sentido de atrair essa atividade para o Brasil. Com isso, estaremos beneficiando o Maranhão. Se estivéssemos beneficiando apenas o Maranhão, já seria um grande projeto. Mas não! O grande beneficiário será o Brasil, porque se trata de uma obra nacional, um empreendimento brasileiro e não apenas do Maranhão.

Portanto, agradeço seu aparte e sua solidariedade, seguro de que V. Ex^a, tanto quanto eu, compreende a magnitude dessa iniciativa e está interessado em contribuir para que se realize aqui uma grande parte dessa demanda internacional.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Permite-me V, Ex^a um aparte, ilustre Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com muito prazer, eminente Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Parabenizo V. Ex^a, nobre Líder Edison Lobão, homem de tanta tradição e de tanta experiência em representar bem o seu Estado nesta Casa. É de grande relevância para o Senado da República essa sua contribuição, a fim de que possamos combater aquele pensamento que, infelizmente, chegou a estar representado até mesmo em ministério, porque, há bem pouco tempo – para não dizer há alguns meses –, um ministro teve a coragem de dizer que estava desconfiado da inteligência da comunidade científica do Nordeste. V. Ex^a hoje traz para a Nação importantes informações sobre Alcântara, centro que disputa um mercado internacional restrito, com bem disse V. Ex^a, de apenas 14 grandes centros no mundo inteiro. Trata-se de um mercado a ser conquistado, ainda mais com os avanços tecnológicos; um mercado com alta rentabilidade, que poderá trazer não só para a sua região, mas para o Brasil, muitos frutos e dividendos, sem falar nos benefícios que o País poderá ter, já que a corrida para lançamento de satélites será intensifi-

cada e as condições geográficas brasileiras são as melhores. V. Ex^a pede a solidariedade e apoio de todos os pares desta Casa, com os quais certamente contará, para que possamos consignar as dotações orçamentárias necessárias para o completo aparelhamento do Centro de Alcântara. Parabéns!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O aparte de V. Ex^a reflete praticamente o apoio do Tocantins a essa iniciativa. Fico muito feliz por ouvir o meu querido colega Eduardo Siqueira Campos. Estive recentemente no Estado de Ex^a, o Tocantins, criado há pouco mais de 10 anos graças à obstinação de seu pai, Siqueira Campos, homem extraordinário, meu colega na Câmara. Aquela parte de Goiás tornou-se o Estado do Tocantins, hoje em franco crescimento. Ele sozinho construiu cerca de 2.800 Km de estradas asfaltadas, com coragem, com determinação, com aquilo que todo homem público precisa ter: a vontade férrea que ele tem. Visitando o Estado de Tocantins, eu não podia deixar de me lembrar da Ferrovia Norte-Sul, pela qual V. Ex^a tanto se bate também. Essa ferrovia é preciso que se entenda não é do Tocantins, do Maranhão; é uma ferrovia nacional. Completada a ferrovia Norte-Sul, teremos como que um abraço nacional de todo o território em matéria de ferrovia, a interligação do sistema ferroviário nacional. Não há dúvida de que estes Estados, o Estado de V. Ex^a, o Estado do Maranhão e outros Estados que não são São Paulo estão começando a conquistar o seu lugar ao sol. Até bem pouco tempo, São Paulo possuía 51% da renda nacional. Hoje, não é que tenha sido reduzido a 37%, mas houve uma redistribuição da renda nacional. São Paulo não perdeu, mas os Estados ganharam pela sua obstinação também, pela luta e pelo esforço de seu povo.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Nobre Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço, com todo o prazer, o eminente Senador Agnelo Alves. V. Ex^a, seguramente, nos trará também uma palavra importante do Rio Grande do Norte.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Estou pegando o bonde andando, mas, em se tratando de Nordeste, V. Ex^a fique certo de que tem o meu apoio, lutando com o mesmo entusiasmo. No tocante ao depoimento de V. Ex^a sobre a base de Alcântara, quero lembrar que, pioneiramente, o Rio Grande do Norte surgiu com a sua base de lançamento Barreira do Inferno, que está em funcionamento. O rastreamento dos lançamentos feitos nos Estados Unidos e na Europa é feito também na Barreira do Inferno, em Natal, no Rio Grande do Norte. Lamento não ter ouvido o

discurso de V. Ex^a desde o início, mas estou muito interessado e vou lê-lo com muita atenção, para ver como inserir também a Barreira do Inferno nas reivindicações que V. Ex^a, com toda a justiça, está fazendo para o seu Estado, o que significa dizer para Natal, para o Rio Grande do Norte, para o Nordeste e para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Ex^a nos traz a lembrança de que a Barreira do Inferno faz parte desse complexo. Exatol inclusive os foguetes que já começam a ser lançados de Alcântara são também rastreados pelo Rio Grande do Norte, pela Barreira do Inferno. É um sistema que se acopla e agora com maior intensidade ainda, sobretudo depois que o Brasil passou a participar deste grupo de apenas 16 países cientificamente colocados em condições de contribuir para o lançamento da grande base espacial que ocorrerá dentro de alguns anos. O Brasil terá uma participação significativa, seja pela presença dos cientistas nossos, seja por Alcântara ou pelo rastreamento indispensável da Barreira do Inferno, no Estado de V. Ex^a. Muito obrigado pela sua solidariedade.

Sr. Presidente, nessa perspectiva estonteante da virada do século e do milênio, Alcântara oferece-se como excepcional alternativa no cenário mundial de lançamentos de satélites, fato já conhecido por empresas estrangeiras e países interessados.

Como disse recentemente o Ministro Ronaldo Sardenberg, então ainda ocupando o Ministério Extraordinário de Projetos Especiais, configura-se para Alcântara, nesses tempos de competição, uma verdadeira "janela de oportunidade", que – e agora acrescento eu – não pode ser perdida pelo Brasil.

Espero sinceramente que o aludido noticiário da imprensa, dando conta de pressões no exterior para impedir a finalização dos nossos entendimentos com o consórcio Ítalo-ucraniano, esteja radicalmente equivocado. Isto não implica, porém, que o nosso Governo esteja desatento a tais rumores, cuidando de apurá-los e impedi-los, caso tenham algum fundamento.

Afinal, a chamada globalização – a que pessoalmente, como brasileiro, faço inúmeras restrições – não emergiu apenas para proteger os interesses dos desenvolvidos.

Desta tribuna, levo aos nossos dirigentes o incondicional apoio para que dêem continuidade à programação do Centro de Lançamento de Alcântara.

São os interesses do País que o exigem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 1999

Altera a Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que "institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.
....."

§ 3º A classificação de que trata este artigo é facultativo, exceto para as operações de compra e venda realizadas pelo Poder Público."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Justificação

A Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico destinados à comercialização interna, tomando-a compulsória para todas as operações de compra e venda realizada no país.

Esse dispositivo legal estabeleceu não somente o caráter compulsório desse serviço como também o seu monopólio estatal, já que o vinculou exclusivamente ao âmbito de competência do Ministério da Agricultura, facultando a sua delegação aos Estados e ao Distrito Federal e a outras entidades públicas, por meio de convênio com aquela Pasta.

O caráter compulsório desse serviço vem sendo questionado pelos produtores e empresas que atuam no segmento agrícola, sobretudo porque estabelece a obrigação adicional da classificação em operações entre as partes, mesmo quando estas dispõem de mecanismos próprios para avaliar e classificar os produtos. Mecanismos esses que são usualmente praticados pelos agentes privados, em operações paralelas, até como uma condição indispensável para, inclusive estabelecer o nível de preço dos produtos em função de sua qualidade.

Além do mais, a qualidade da maioria dos serviços prestados pelas instituições conveniadas com o Ministério da Agricultura tem-se mostrado insuficiente e de confiabilidade duvidosa pelos agentes privados, que consideram esse serviço dispensável nas operações de compra e venda de produtos vegetais.

Entretanto, em que pesem esses argumentos, os produtores e as empresas privadas são obrigadas a arcar com os custos decorrentes dessa exigência burocrática e do seu custeio, que constitui mais um ônus artificial para a elevação d chamado "custo Brasil" e que tanto afeta a competitividade dos produtos brasileiros.

A manutenção desses serviços oficiais em todo o país vem atendendo mais aos interesses das Secretarias Estaduais de Agricultura, entidades e profissionais envolvidos e beneficiados por eles, por disponibilizarem uma fonte segura de recursos, que são arrecadados compulsoriamente dos produtores e de empresas do setor _ e pagos, ao final da cadeia, pelo consumidor _ para manutenção de suas despesas operacionais e de pessoal.

Dessa maneira, a manutenção dessa taxa viabiliza a existência de um istema "cartorial", o que é absolutamente incompatível com a realidade atual do país e com o processo de desregulamentação da economia, pelo fato de prejudicar e onerar os produtores e empresas privadas e a sociedade no geral, de maneira absolutamente desnecessária.

A supressão do caráter compulsório dessa classificação para os agentes privados conta com o apoio de áreas do Governo Federal, sobretudo daquelas preocupadas com a eliminação dos perniciosos cartórios", com a redução dos custos e com a melhoria do nível de competitividade dos produtos brasileiros. Por outro lado, a sua manutenção nas operações de compra e venda realizadas pelo Poder Público resguardará melhor esse processo.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1999. _ Senador **Blairo Maggi**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 6.305, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1975

Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 415, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no § 1º do artigo 256, do Regimento Interno do Senado requeiro a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 1999, de sua autoria, que dispõe sobre a Importação, comercialização e uso de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1999. –
Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 256, § 2º, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já tive oportunidade de destacar, em pronunciamento anteriormente proferido desta tribuna, o excelente trabalho desenvolvido pela Secretaria de Política Urbana – SEPURB do Ministério do Orçamento e Gestão, desde sua criação no início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Hoje, volto à tribuna para tecer algumas considerações acerca das atividades de um dos Departamentos daquela Secretaria, o Departamento de Saneamento – DESAN.

É indiscutível que, entre os diversos setores de infra-estrutura, o saneamento constitui-se naquele de maior importância no que concerne à preservação da vida e da saúde pública. Além disso, vale lembrar que os investimentos realizados em saneamento têm grande repercussão no que se refere à preservação do meio ambiente e como fator de indução ao desenvolvimento.

Ciente de que a universalização do atendimento à população em suas necessidades de abastecimento de água e de esgotamento sanitário é um dever do Estado, o Governo do Presidente Fernando Henrique

Cardoso definiu esta como a meta central da Política Nacional de Saneamento.

Cumprir a meta da universalização nos exige, contudo, um grande esforço. É preciso, em primeiro lugar, que o Estado se organize e se capacite para desenvolver as atividades de sua exclusiva competência, que são a formulação de políticas públicas, o planejamento do setor e o desenvolvimento de políticas compensatórias visando à redução das desigualdades no atendimento aos diversos segmentos da população. Deve, além disso, organizar-se o Estado para bem exercer as atividades de regulação e controle sobre os prestadores de serviço, assegurando, de forma concomitante, o envolvimento e a ativa participação da sociedade nesse trabalho de fiscalização. Por fim, existe a necessidade de se adotarem as formas mais apropriadas e eficientes de prestar os serviços e de financiar os investimentos que poderão tornar o atendimento universal uma realidade.

A Política Nacional de Saneamento foi concebida e vem sendo implementada pela Secretaria de Política Urbana do Ministério do Orçamento e Gestão, desde a criação do órgão, em 1995, e é com base nas diretrizes centrais dessa Política que o Governo Federal vem desenvolvendo todo o seu elenco de ações no setor. No contexto da Política Nacional de Saneamento, e objetivando vencer o desafio da universalização, foi formulada uma estratégia de ação calcada em três eixos interdependentes e complementares, que são a modernização do setor, as ações compensatórias e a retomada dos investimentos.

O trabalho do Departamento de Saneamento da Secretaria de Política Urbana voltado para a modernização do setor tem sido muito expressivo. O que se tem buscado, no campo da modernização, é criar as condições propícias a um ambiente de mudanças e desenvolvimento. Para a consecução desse ambiente de mudanças, foi decisiva a atuação do Governo Federal para a construção de consenso entre os principais atores envolvidos com a questão do saneamento no que tange à necessidade do estabelecimento de um novo marco regulatório para o setor, o qual dará novo tratamento a questões essenciais relativas à titularidade, à regulação e à delegação da prestação dos serviços.

As diretrizes gerais desse novo marco regulatório estão consubstanciadas no Projeto de Lei do Senado n.º 266/96, que se encontra aguardando inclusão na pauta deste Plenário desde outubro do ano passado. Aproveito, aliás, esta oportunidade para encarecer à Presidência que inclua, com a maior brevi-

dade possível, o referido Projeto de Lei na pauta, haja vista que sua aprovação representará importante estímulo à modernização do setor de saneamento no País, trazendo, assim, significativa melhoria à qualidade de vida da população e contribuindo decisivamente para a preservação do meio ambiente.

Mas as novidades no campo da regulação do setor saneamento não se resumem às alterações propostas na legislação federal. O Departamento de Saneamento da Sepurb vem prestando expressivo apoio técnico a Estados e Municípios para que, nos seus respectivos âmbitos de competência, sejam também estabelecidos novos marcos regulatórios, inclusive com a instituição de agências reguladoras. Além disso, o apoio técnico prestado pelo Desan a Estados e Municípios subsidia estudos de novos modelos para a prestação de serviços.

Outra medida da maior importância para a modernização é a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. Constituído por um conjunto de informações e indicadores dos prestadores dos serviços em todo o País, o SNIS viabiliza uma acurada avaliação do desenvolvimento do setor e da eficácia das ações desenvolvidas no âmbito da Política Nacional de Saneamento. Igualmente importante, as informações que compõem o SNIS permitem que se avaliem os desempenhos das diversas empresas prestadoras de serviços e se os compare. Com isso, fica assegurada a transparência indispensável ao controle social sobre a qualidade do serviço prestado. Nessa medida, as informações do SNIS servem de estímulo às empresas para que busquem um melhor desempenho. Por fim, presta-se ainda o SNIS como uma referência para o estabelecimento de sistemas estaduais de informação, no âmbito dos respectivos marcos regulatórios.

O SNIS já disponibiliza informações relevantes sobre a evolução do setor, com dados relativos a 1995, 1996 e 1997. Esses dados demonstram, por exemplo, que a receita das empresas do setor teve um incremento, no período, da ordem de 48%, passando de 5 bilhões e 400 milhões de reais em 1995 para 8 bilhões de reais em 1997. O percentual médio nacional de perdas de faturamento de água nas companhias estaduais, por seu turno, caiu de 42,2% em 1995 para 39,6% em 1997, o que significa importante economia de água tratada. A produtividade média do pessoal próprio dessas empresas cresceu 16% no período, passando de 5,1 empregados para cada mil ligações de água em 1995, para 4,4 empregados em 1997. Os investimentos em água e esgoto, por sua

vez, cresceram no espantoso índice de 252%, passando, no mesmo período, de 710 milhões de reais para 2 bilhões e meio de reais. As ligações de água aumentaram de 18,1 milhões para 19,6 milhões, e as de esgoto, de 5,7 milhões para 6,4 milhões.

Uma iniciativa que não pode deixar de ser mencionada são as ações que estão sendo realizadas visando à capacitação do setor público para o desempenho de suas funções, bem como dos prestadores de serviços para a concepção e operação de sistemas mais eficientes. Nesse aspecto, merecem ser destacados os cursos nas áreas da regulação da prestação dos serviços e de análise e elaboração de projetos.

Mas o maior esforço requerido para se concretizar a meta da universalização é, com certeza, a ampliação dos investimentos. Ocorre, contudo, que as importantes ineficiências apresentadas pelas atuais empresas do setor – como elevados índices de perdas e baixa produtividade – acabam por elevar os custos e limitar a capacidade de geração e de alavancagem de recursos para investimentos.

Não resta dúvida de que a eficiência constitui insumo básico para a modernização do setor, sendo essencial à ampliação do atendimento rumo à universalização. Nessa medida, é positivo que o acesso aos recursos financiados pelo FGTS esteja condicionado ao cumprimento de metas de melhoria de desempenho, pois é evidente que esse condicionamento acaba servindo de estímulo às empresas para que busquem maior eficiência.

Nesse campo da busca de uma maior eficiência, e no caso específico da luta pela redução das perdas de água tratada – ainda situadas num elevado patamar, de 39,6%, como já referimos –, foi criado e vem sendo implementado o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – PNDA, que também tem por objetivo um uso mais racional dos recursos e infra-estruturas.

No que concerne às iniciativas voltadas para incrementar os investimentos, uma medida que merece destaque é a criação de uma modalidade de financiamento de investimentos por concessionários privados utilizando recursos do FGTS.

O aumento da eficiência passa pela competitividade e pela adequação da organização do setor a cada realidade específica. Dessa forma, flexibilizar a prestação dos serviços, inclusive ampliando o número de empresas que os prestam e diversificando a natureza dessas empresas, constitui instrumento da modernização. É que a participação da iniciativa pri-

vada no setor de saneamento contribuirá para o aumento da eficiência, para a inovação tecnológica e para a introdução de novos padrões de financiamento. Partindo dessa compreensão, o Governo Federal apóia iniciativas de Estados e Municípios voltadas para ampliar a participação de agentes privados, mediante concessões, parcerias estratégicas ou outras formas de gestão, em processos que garantam transparência e competição. A premissa básica para a participação da iniciativa privada é de que ela deve privilegiar a realização dos investimentos necessários à universalização, com os recursos provenientes dos processos sendo dirigidos, de forma prioritária, ao cumprimento dos planos de expansão.

Sr. Presidente, são ainda bastante expressivos os déficits brasileiros no abastecimento de água e no esgotamento sanitário, e sua distribuição guarda correspondência com as desigualdades sociais e territoriais de nossa sociedade. Como é fácil de supor, quem mais sofre com a ausência ou insuficiência dos serviços de saneamento são os mais pobres, aqueles que vivem nos menores municípios, nas periferias urbanas e nas Regiões Norte e Nordeste. Para reduzir essas desigualdades no acesso aos serviços de saneamento, o Governo Federal vem subsidiando a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com recursos do Orçamento Geral da União e de fontes externas, os quais são repassados, a fundo perdido, a Estados e Municípios.

A reabertura das contratações com recursos do FGTS, juntamente com o processo de recuperação tarifária pelas empresas e com a viabilização das renegociações de dívidas do setor público permitiram a retomada dos investimentos em saneamento. Em 1995, se estanca o processo de queda nesses investimentos, iniciando-se um ciclo de forte recuperação. Além disso, verificou-se uma melhor qualidade na aplicação dos investimentos, com maior eficácia no seu resultado.

No período 1995/1998, considerando-se recursos financiados, fiscais e contrapartidas, o Governo Federal viabilizou a contratação de investimentos em saneamento no valor total de 5 bilhões e 300 milhões de reais. Esses investimentos beneficiaram aproximadamente 6 milhões e 300 mil famílias, com 6 mil e 800 obras, que geraram cerca de 1 milhão de empregos.

Todo esse esforço não foi vão, e seu resultado está expresso no grande incremento no número de famílias atendidas. Dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE mostram que, entre 1995 e 1997, foram incorporados 1 milhão e 600 mil domicílios urbanos às redes de abastecimento de água e 1 milhão e 100 mil às redes coletoras de esgoto. Se também forem considerados os domicílios com fossas sépticas, devemos acrescentar mais 1 milhão e 900 mil domicílios. Com isso, o déficit urbano no abastecimento de água foi reduzido de 9,6% para 8,8%, e o de esgotamento sanitário, de 29,1% para 26,5%.

É importante enfatizar, também, que as ações compensatórias desenvolvidas com o objetivo de reduzir as iniquidades mostraram-se eficazes, pois, quando considerados os domicílios urbanos com renda familiar inferior a 2 salários mínimos, foram 470 mil os novos domicílios ligados às redes de água e 300 mil às redes de esgoto, incremento proporcionalmente superior ao crescimento médio da cobertura nas demais faixas de renda.

Sr. Presidente, o relato que acabo de trazer ao conhecimento do plenário constitui demonstração cabal do esforço realizado pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no campo do saneamento, por intermédio do Desan/Sepurb.

E importa dizer que o impacto social desse esforço é muito significativo. A redução dos déficits de atendimento, em decorrência da ampliação da oferta dos serviços, vem contribuindo significativamente para a melhoria das condições de vida da população, com redução das taxas de mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica, originárias da falta ou da inadequação do saneamento. Concomitantemente às melhorias na área da saúde pública, os investimentos em esgotamento sanitário vem propiciando a redução dos impactos ambientais negativos, nas áreas urbanas, do lançamento de esgotos *in natura* nos cursos d'água.

No entanto, ao mesmo tempo em que ressalto os progressos já alcançados, lembro que a meta do Governo continua sendo a universalização do atendimento. Para alcançá-la, é preciso aumentar a eficiência e investir mais e melhor, estabelecendo os novos marcos regulatórios, ampliando as fontes de financiamento, incorporando agentes privados e aprofundando as ações estratégicas definidas pela Política Nacional de Saneamento.

Essa é a batalha em que continua empenhado o Departamento de Saneamento da Secretaria de Política Urbana ao longo do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique. E nessa batalha, o DESAN conta com minha irrestrita solidariedade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, desde a criação do Estado do Tocantins, têm sido intensos os esforços das autoridades e de todos nós, que integramos a bancada federal tocantinense, no sentido de dotar nosso Estado de uma instituição universitária federal.

No entanto, sem embargo de todo esse esforço, o Tocantins continua sendo o único Estado da Federação a não contar com universidade federal.

Por isso, o Governo do Estado e as instituições privadas que sustentam a Unitins – Universidade do Tocantins, têm se mobilizado no sentido de, cada vez mais, equipar e ampliar a estrutura desse modelo estabelecimento de ensino superior, hoje, exemplarmente, dirigido pelo reitor Ruy Rodrigues.

Não são poucas, no entanto, as dificuldades enfrentadas pela Unitins no desempenho de sua missão acadêmica e de centro de pesquisas, em virtude da falta de recursos financeiros.

Uma das questões ainda pendentes é a conclusão do **campus** dessa instituição universitária, em Palmas, cujas obras demandarão, pelo menos, dois milhões e duzentos mil reais.

Esses recursos foram solicitados pela reitoria da Unitins ao Ministério da Educação, que inseriu essa verba em sua previsão orçamentária para o exercício em curso.

É fundamental, no entanto, que esses recursos sejam liberados o mais rapidamente possível, a fim de que a Unitins possa funcionar em toda a sua plenitude, contribuindo para o desenvolvimento integral do Estado, com a formação de profissionais de nível superior altamente qualificados.

Por isso, desta tribuna, dirigimos nosso mais veemente apelo ao ilustre Ministro da Educação, Paulo Renato, que, recentemente, constatou *in loco* a pujança e a modernidade de nossa Universidade, para que a verba em questão seja liberada com a indispensável presteza.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14h30min., a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 53, DE 1999**

Primeiro dia de discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999, de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição Federal. (Criação do Ministério da Defesa), tendo

Parecer favorável, sob nº 467, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Bernardo Cabral.

- 2 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1999, de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996. (Código de Minas), tendo

Parecer favorável, sob nº 339, de 1999, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Emília Fernandes.

- 3 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 119, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 119, de 1996, da Senadora Marina Silva, que denomina "Florestan Fernandes" a sala de Comissão de Assuntos Sociais, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 396 e 397, de 1999, das Comissões Diretora e de Educação.

- 4 -

REQUERIMENTO Nº 332, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 332, de 1999, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 162, 288 e 309, de 1999, que versam sobre indisponibilidade de bens de vítima de seqüestro.

- 5 -

REQUERIMENTO Nº 335, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 335, de 1999, do Senador Romero Jucá, solicitando,

nos termos regimentais, a dispensa do reexame do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1993 (nº 237/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao reexaminar a matéria, atendeu à finalidade objetivada no referido Requerimento.

- 6 -

REQUERIMENTO Nº 340, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 340, de 1999, do Senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 391 e 399, de 1999, por versarem sobre alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 22 minutos.)

(OS 15883/99)

**ATA DA 90ª SESSÃO DELIBERATIVA
ORDINÁRIA, EM 3 DE AGOSTO DE 1999**

(Publicada no DSF, de 4 de agosto de 1999)

RETIFICAÇÃO

À página 19120, inclui-se, por omissão, o seguinte despacho à Mensagem nº 634, de 1999-CN (Nº 931, de 1999, na origem), que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de R\$55.292,155,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PUBLICAÇÕES
 Est. 08/08/99
 DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.910, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997,

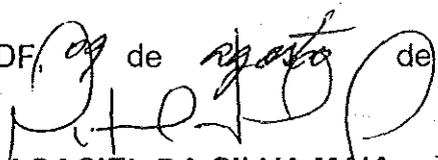
R E S O L V E :

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES e a empresa abaixo relacionada:

MONSERRAT TURISMO LTDA – Contrato para execução de serviços de fornecimento de bilhetes e ordem de passagens aéreas nacionais e internacionais, com vigência de 12 (doze) meses, conforme Processo nº 893/99-4 - Titular: **CARLOS ROBERTO STUCKERT**, matrícula 3362; Substituto: **IVO DE ARAÚJO OLIVEIRA FILHO**, matrícula 4000.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 09 de agosto de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
 DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.911, DE 1999**

PUBLICAÇÕES
 Est. 08/08/99
 DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997.

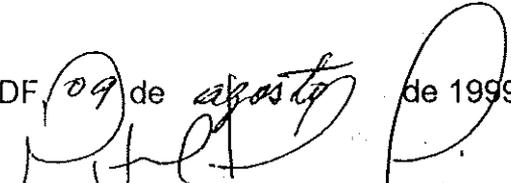
R E S O L V E :

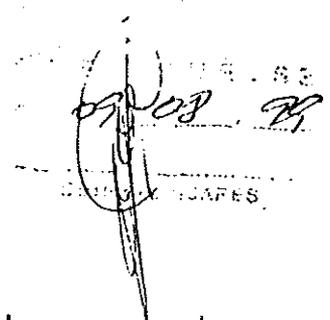
Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

COPLAGÁS COMERCIAL PLANALTO DE GASES LTDA – Contrato para fornecimento de 52 cilindros de 45Kg de gás liquefeito de petróleo, com vigência de 01 (um) ano ou até o término da quantidade inicialmente contratada, o que ocorrer primeiro, conforme Processo nº 974/99-4 - **Titular: HOMERO GALDINO DOS SANTOS**, matrícula 3347; **Substituto: MARIA ELCI DE OLIVEIRA**, matrícula 2262.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 09 de agosto de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.912, DE 1999

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **RESOLVE**:

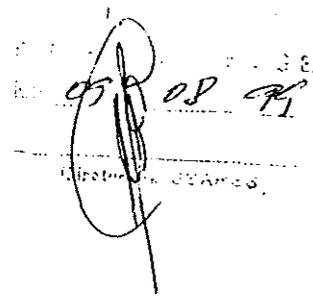
Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

CBA - COMERCIAL BRASILIENSE DE PEÇAS LTDA - Contrato de fornecimento de peças e acessórios, novos e originais, para veículos da marca GM/CHEVROLET - (Processo nº 0775/99-1 e convite nº 040/99) - **Titular: ANDRÉ LUIZ RODRIGUES SANTANA**, matrícula 3804; **Substituto: EDÍZIO MODESTO XAVIER**, matrícula 2185.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 09 de agosto de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

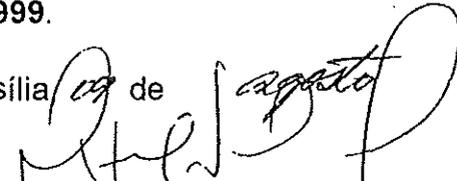


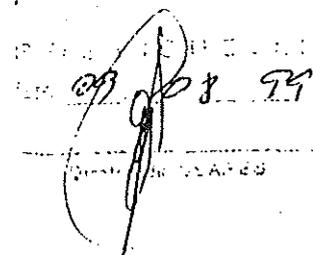
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.913, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011138/99-8, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **FÁBIO ANDRÉ PINTO E SILVA**, matrícula **2419**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC05**, de **SECRETÁRIO DE GABINETE**, do Gabinete da Primeira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de **30 de junho de 1999**.

Brasília, 09 de agosto de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

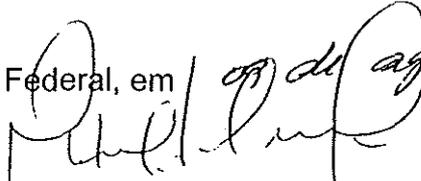


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.914, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **011.795/99-9**

RESOLVE aposentar, por invalidez, com proventos integrais, o servidor **VALDO PEREIRA DOS SANTOS**, Técnico Legislativo, Área 7, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, com a vantagem prevista no *artigo 1º da Resolução SF nº 76, de 1995*, observado o disposto no *artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal*.

Senado Federal, em *10* de *agosto* de *1999*.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente : (Vago)
Vice-Presidente: (Vago)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff1.
2. Francélio Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4609)
- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4609)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: VAGO (2)					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
VAGO (2)	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

(2) Afastado o Senador Fernando Bezerra, a partir de 3/8/1999, para exercer o cargo de Ministro da Integração Nacional.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. VAGO		
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
SERGIO MACHADO	CE	2281/2187	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14.00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrjac@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ					
Presidente: JOSÉ AGRIPINO					
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
VAGO			2. VAGO (1)	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCA	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

(1) Afastado o Senador Fernando Bezerra, a partir de 3/8/1999, para exercer o cargo de Ministro da Integração Nacional

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10.00 horas.

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
VAGO (2)	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212//2213	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUÍZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

(2) Afastado o Senador Fernando Bezerra, a partir de 3/8/1999, para exercer o cargo de Ministro da Integração Nacional

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14.00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julloric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

		PMDB
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	
		PFL
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	
		PSDB
TEOTÔNIO VILELA	AL- 4093/95	
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	
		PPB
LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393	

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julloric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE					
Presidente: JOSÉ SARNEY					
Vice-Presidente: CARLOS WILSON					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. VAGO (1)	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) Afastado o Senador Fernando Bezerra, a partir de 3/8/1999, para exercer o cargo de Ministro da Integração Nacional

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
 Secretário: Marcos Santos Parente Filho
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
 Horário regimental: Quintas-feiras às 10.00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cassão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14.00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA							
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



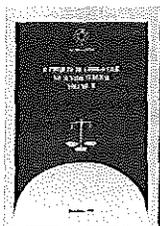
Catálogo da Exposição de História do Brasil – Coleção Brasil 500 Anos – Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00

Clodomir Cardoso – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
 Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.



Preço por exemplar: R\$ 10,00



O Projeto do Código Civil no Senado Federal – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Conselhos aos Governantes – Coleção Clássicos da Política – Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.



Preço por exemplar: R\$ 5,00



Direito Constitucional Brasileiro – reforma das instituições nacionais – Coleção Memória Brasileira – Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juízes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



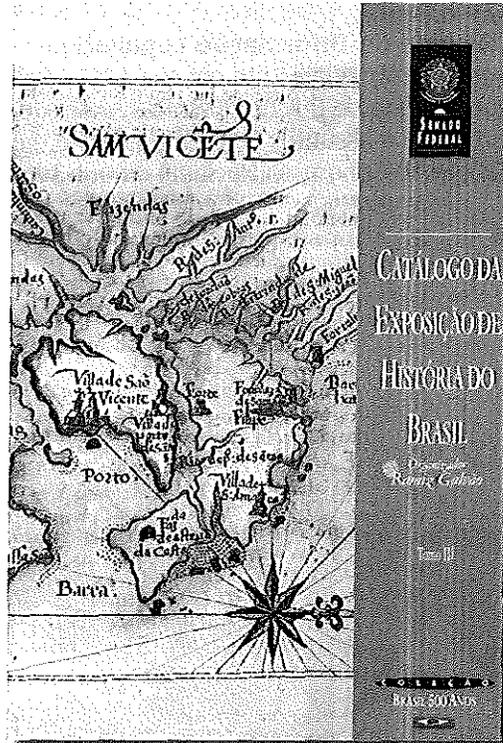
SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

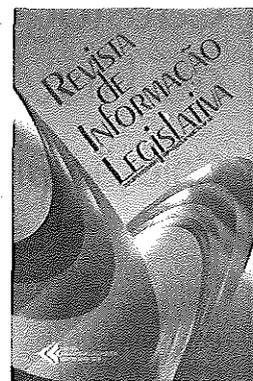
Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação		Quantidade	Preço Unit. (R\$)
			Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS